Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 8

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Resultado Abrangente 15

Demonstração do Fluxo de Caixa 16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 17

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 18

Demonstração do Valor Adicionado 19

Comentário do Desempenho 20

Notas Explicativas 42

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 94

Motivos de Reapresentação 96

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	82.251.937
Preferenciais	0
Total	82.251.937
Em Tesouraria	
Ordinárias	252.500
Preferenciais	0
Total	252.500

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	09/05/2012	Dividendo	01/08/2012	Ordinária		0,20257

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	953.458	909.045
1.01	Ativo Circulante	170.470	236.977
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71	1.530
1.01.02	Aplicações Financeiras	129.115	147.095
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	129.115	147.095
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	126.138	109.424
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	2.977	37.671
1.01.03	Contas a Receber	41.284	88.352
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	41.284	88.352
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	892	23.740
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	19	19
1.01.03.02.03	Despesas Antecipadas	820	1.399
1.01.03.02.05	Divdidendos a Receber	31.288	55.153
1.01.03.02.06	Juros s/ Capital Próprio	1.275	1.275
1.01.03.02.07	Impostos e Contribuições	6.717	6.766
1.01.03.02.08	Outros	273	0
1.02	Ativo Não Circulante	782.988	672.068
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.388	2.118
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.388	2.118
1.02.01.09.03	Outros	2.388	2.118
1.02.02	Investimentos	698.089	586.849
1.02.02.01	Participações Societárias	698.089	586.849
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	698.089	586.849
1.02.03	Imobilizado	5.478	6.068
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.478	6.068
1.02.04	Intangível	77.033	77.033
1.02.04.01	Intangíveis	77.033	77.033
1.02.04.01.02	Ágio	76.209	76.209
1.02.04.01.03	Outros Intagíveis	824	824

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	953.458	909.045
2.01	Passivo Circulante	40.137	35.920
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	188	181
2.01.01.01	Obrigações Sociais	37	47
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	151	134
2.01.02	Fornecedores	569	593
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	569	593
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	323	325
2.01.02.01.02	Outros	246	268
2.01.03	Obrigações Fiscais	63	262
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45	67
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	45	67
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18	179
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	16
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.368	4.901
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.368	4.901
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.368	4.901
2.01.05	Outras Obrigações	26.949	29.983
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.487	11.521
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	8.487	11.521
2.01.05.02	Outros	18.462	18.462
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.662	16.662
2.01.05.02.04	Adiantamento de Convênios	1.800	1.800
2.02	Passivo Não Circulante	253.731	254.190
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	244.881	244.890
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	244.881	244.890
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	244.881	244.890
2.02.02	Outras Obrigações	8.850	9.300
2.02.02.02	Outros	8.850	9.300
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênios	8.850	9.300
2.03	Patrimônio Líquido	659.590	618.935
2.03.01	Capital Social Realizado	361.573	361.573
2.03.02	Reservas de Capital	110.697	109.760
2.03.02.04	Opções Outorgadas	14.131	13.194
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	96.566	96.566
2.03.04	Reservas de Lucros	147.403	147.602
2.03.04.01	Reserva Legal	13.779	13.779
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	140.170	123.508
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	16.662
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.546	-6.347
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	39.917	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	43.577	31.457
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.921	18
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	450	497
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.048	30.942
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.577	31.457
3.06	Resultado Financeiro	-3.660	-2.725
3.06.01	Receitas Financeiras	4.282	721
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.942	-3.446
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.917	28.732
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	39.917	28.732
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	39.917	28.732
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00049	0,00035
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00048	0,00034

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	39.917	28.732
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-279
4.03	Resultado Abrangente do Período	39.917	28.453

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.842	91
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.379	2.006
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Periodo	39.917	28.732
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	591	550
6.01.01.04	Perdão de Dívida	0	3.298
6.01.01.06	Opções Outorgadas	937	368
6.01.01.08	Juros s/ Empréstimos a Soc. Controladas	-231	0
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-46.048	-30.942
6.01.01.11	Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	7.213	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	19.463	-1.915
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	354	-1.628
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	-2	-128
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrigações Tributarias	-199	51
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Salários e Encargos	7	-9
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-22	148
6.01.02.09	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	-450	-450
6.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não Circulante	-270	353
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Receber P.R.	23.228	-988
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Contas a Pagar P.R.	-3.183	736
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.347	-6.177
6.02.01	Aplicações Financeiras	17.980	34.077
6.02.04	Intangível	0	-7
6.02.06	Investimento em empresas Controladas	-26.394	-647
6.02.07	Dividendos Recebidos	23.865	0
6.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-38.798	-39.600
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	46	-1.045
6.03.04	Ações em Tesouraria	-199	-1.030
6.03.07	Aumento de Empréstimos e Financiamentos	245	-15
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	279
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.459	-6.852
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.530	12.331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71	5.479

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	937	-199	0	0	738
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	937	0	0	0	937
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-199	0	0	-199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.917	0	39.917
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.917	0	39.917
5.07	Saldos Finais	361.573	110.697	147.403	39.917	0	659.590

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	368	-1.030	0	0	-662
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	368	0	0	0	368
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.030	0	0	-1.030
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.732	279	29.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.732	0	28.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	279	279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	279	279
5.07	Saldos Finais	360.137	107.219	118.285	28.732	-126	614.247

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.618	1.513
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.618	-1.396
7.02.04	Outros	0	2.909
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.618	1.513
7.04	Retenções	-591	-550
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-591	-550
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.209	963
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.780	32.160
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.048	30.942
7.06.02	Receitas Financeiras	4.282	721
7.06.03	Outros	450	497
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.571	33.123
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.571	33.123
7.08.01	Pessoal	561	522
7.08.01.01	Remuneração Direta	561	522
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	152	423
7.08.02.01	Federais	152	421
7.08.02.03	Municipais	0	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.941	3.446
7.08.03.01	Juros	7.941	3.446
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	39.917	28.732
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	39.917	28.732

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.136.998	1.068.718
1.01	Ativo Circulante	545.145	497.708
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.690	21.857
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	6.690	21.857
1.01.02	Aplicações Financeiras	176.033	147.565
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	176.033	147.565
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	171.974	108.526
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	4.059	39.039
1.01.03	Contas a Receber	362.422	328.286
1.01.03.01	Clientes	278.487	244.070
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	83.935	84.216
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	259	259
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	14.804	17.472
1.01.03.02.03	Despesas Antecipadas	19.127	10.318
1.01.03.02.04	Contas a Compensar - Sistema FIES	11.007	16.683
1.01.03.02.07	Impostos e Contribuições	16.887	18.297
1.01.03.02.08	Outros	21.851	21.187
1.02	Ativo Não Circulante	591.853	571.010
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	86.827	79.123
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.766	13.365
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.766	13.365
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	664	664
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	664	664
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	71.397	65.094
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	69.923	63.564
1.02.01.09.04	Outros	1.474	1.530
1.02.02	Investimentos	229	229
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	229	229
1.02.02.02.01	Obras de Arte	229	229
1.02.03	Imobilizado	269.196	263.801
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	230.448	229.498
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	13.071	9.713
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	25.677	24.590
1.02.04	Intangível	235.601	227.857
1.02.04.01	Intangíveis	235.601	227.857
1.02.04.01.02	Ágio	141.590	141.590
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	94.011	86.267

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.136.998	1.068.718
2.01	Passivo Circulante	159.677	134.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	78.670	57.490
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.623	17.633
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	62.047	39.857
2.01.02	Fornecedores	21.518	20.888
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.518	20.888
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	18.221	18.199
2.01.02.01.02	Outros	3.297	2.689
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.965	15.846
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.914	11.068
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.594	9.780
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	1.108	1.059
2.01.03.01.03	IOF	64	64
2.01.03.01.04	Parcelamento de Pis e Cofins	41	41
2.01.03.01.05	Parcelamento de INSS	107	124
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.051	4.778
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	6.007	4.724
2.01.03.03.02	Parcelamento de IPTU	44	54
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.499	6.549
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.499	6.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.499	6.549
2.01.05	Outras Obrigações	29.025	33.895
2.01.05.02	Outros	29.025	33.895
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.662	16.662
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	5.347	8.972
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	4.129	5.374
2.01.05.02.06	Adiantamento de convênios	2.887	2.887
2.02	Passivo Não Circulante	317.731	315.115
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	249.782	247.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	249.782	247.847
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	249.782	247.847
2.02.02	Outras Obrigações	18.521	19.344
2.02.02.02	Outros	18.521	19.344
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênios	14.191	14.913
2.02.02.02.04	Parcelamento de Tributos	4.330	4.431
2.02.03	Tributos Diferidos	2.265	1.812
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.265	1.812
2.02.04	Provisões	47.163	46.112
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.262	32.419
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	33.262	32.419
2.02.04.02	Outras Provisões	13.901	13.693
2.02.04.02.04	Provisão com Obrigações de Desmobilização de Ativos	13.901	13.693
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	659.590	618.935
2.03.01	Capital Social Realizado	361.573	361.573
2.03.01.01	Capital Social Realizado	361.573	361.573

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.02	Reservas de Capital	110.697	109.760
2.03.02.04	Opções Outorgadas	14.132	13.194
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	96.565	96.566
2.03.04	Reservas de Lucros	147.403	147.602
2.03.04.01	Reserva Legal	13.779	13.779
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	123.508	123.508
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	16.662	16.662
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.546	-6.347
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	39.917	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	330.552	275.824
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-199.567	-180.011
3.03	Resultado Bruto	130.985	95.813
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-84.669	-67.188
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.342	-28.950
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.765	-40.147
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.464	1.713
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-26	196
3.04.05.02	Resultado de Atividades não Continuadas	-26	196
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	46.316	28.625
3.06	Resultado Financeiro	-4.053	1.631
3.06.01	Receitas Financeiras	8.603	9.479
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.656	-7.848
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.263	30.256
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.346	-1.524
3.08.01	Corrente	-3.294	-779
3.08.02	Diferido	948	-745
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	39.917	28.732
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	39.917	28.732
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	39.917	28.732
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00049	0,00035
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00048	0,00034

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	39.917	28.732
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-279
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	39.917	28.453
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	39.917	28.453

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.591	15.397
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	78.330	45.107
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Periodo	42.263	30.256
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	11.613	9.202
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	11	5
6.01.01.04	Perdão de Dívida	0	3.298
6.01.01.05	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	14.044	5.216
6.01.01.06	Opções Outorgadas	937	368
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.661	-3.228
6.01.01.08	Juros s/ Empréstimos a Sociedades Controladas	380	-10
6.01.01.10	Juros s/ empréstimos e Financiamentos	7.213	0
6.01.01.11	Atualização da Provisão para Desmobilização	208	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.739	-29.864
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-48.460	-27.832
6.01.02.02	(Aumento) redução em Outros Ativos	269	-9.559
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	22	-2.286
6.01.02.04	(Redução) em Obrigações Tributárias	-3.201	-8.244
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	21.180	22.973
6.01.02.06	(Redução) em Mensalidades Recebidas Antecipadamente	-3.625	-13.571
6.01.02.07	Aumento (Redução) Provisão para Contingências	-817	1.119
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-312	7.027
6.01.02.09	(Redução) em Adiantamento de Convênios	-722	-722
6.01.02.10	(Redução) em Ativos não Circulantes	-6.292	-4.560
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)	-380	6.662
6.01.02.14	(Redução) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-1.401	-871
6.01.03	Outros	0	154
6.01.03.01	Provisão com Obrigações de Desmobilização de Ativos	0	154
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-53.231	-22.334
6.02.01	Aplicações Financeiras	-28.468	31.332
6.02.03	Imobilizado	-13.517	-24.159
6.02.04	Intangíveis	-11.246	-37.007
6.02.07	Investimento em Empresas Controladas	0	7.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.473	748
6.03.03	Aumento de Empréstimos e Financiamentos	3.672	1.778
6.03.04	Ações em Tesouraria	-199	-1.030
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	279
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.167	-5.910
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.857	44.727
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.690	38.817

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	937	-199	0	0	738	0	738
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	937	0	0	0	937	0	937
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-199	0	0	-199	0	-199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.917	0	39.917	0	39.917
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.917	0	39.917	0	39.917
5.07	Saldos Finais	361.573	110.697	147.403	39.917	0	659.590	0	659.590

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	368	-1.030	0	0	-662	0	-662
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	368	0	0	0	368	0	368
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.030	0	0	-1.030	0	-1.030
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.732	279	29.011	0	29.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.732	0	28.732	0	28.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	279	279	0	279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	279	279	0	279
5.07	Saldos Finais	360.137	107.219	118.285	28.732	-126	614.247	0	614.247

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	331.310	282.023
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	345.371	285.392
7.01.02	Outras Receitas	-17	1.847
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.044	-5.216
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.101	-53.384
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-62.414	-56.808
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-26	196
7.02.04	Outros	-1.661	3.228
7.03	Valor Adicionado Bruto	267.209	228.639
7.04	Retenções	-11.613	-9.202
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.613	-9.202
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	255.596	219.437
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.067	11.385
7.06.02	Receitas Financeiras	8.603	9.672
7.06.03	Outros	2.464	1.713
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	266.663	230.822
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	266.663	230.822
7.08.01	Pessoal	135.902	124.877
7.08.01.01	Remuneração Direta	122.284	113.498
7.08.01.02	Benefícios	4.520	2.795
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.098	8.584
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.846	42.636
7.08.02.01	Federais	32.340	29.949
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	16.505	12.687
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.998	34.577
7.08.03.01	Juros	12.655	8.045
7.08.03.02	Aluguéis	29.343	26.532
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	39.917	28.732
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	39.917	28.732

RESULTADOS DO 1T12

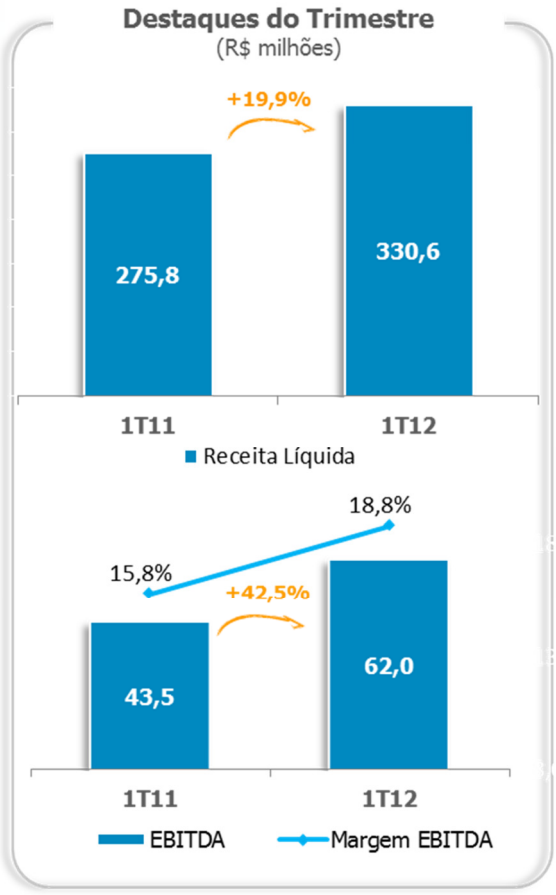
Crescendo com Sustentabilidade

Crescimento de 42,5% no EBITDA e ganho de margem de 3 p.p.

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2012 – A **Estácio Participações S.A.** – "Estácio" ou "Companhia" (BM&FBovespa: ESTC3; Bloomberg: ESTC3.BZ; Reuters: ESTC3.SA) – comunica seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2012 (1T12) em comparação ao mesmo período do ano anterior (1T11). As seguintes informações financeiras e operacionais, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas seguindo o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") em bases consolidadas.

Destaques do Resultado

- A Estácio encerrou o ciclo de captação e renovação do 1T12 com uma base total de **278,6 mil alunos,** 15,4% acima do 1T11, sendo 228,4 mil alunos matriculados em cursos presenciais (12,1% superior ao 1T11, excluindo aquisições em 2011) e 50,2 mil em cursos a distância (62,5% superior ao 1T11).
- A **receita operacional líquida** totalizou R$330,6 milhões no 1T12, um aumento de 19,9% em relação ao 1T11, resultado do aumento da base de alunos e crescimento do ticket médio.
- O **EBITDA** consolidado atingiu R$62,0 milhões no 1T12, um crescimento de 42,5% em relação ao mesmo trimestre de 2011, com ganho de 3 pontos percentuais de margem em relação ao 1T11.
- O **lucro líquido** somou R$39,9 milhões no 1T12, um aumento de 39,0% em relação ao 1T11. Nosso **lucro líquido por ação** ficou em R$0,49, um crescimento de 40% em relação do 1T11.
- Nosso **fluxo de caixa operacional** no período foi positivo em R$13,5 milhões.
- Ao final do 1T12, a Estácio contava com uma posição de **caixa e disponibilidades** de R$182,7 milhões.



ESTC3
(Em 09/05/2012)

Cotação: R$25,00/ação
Quantidade de Ações: 82.434.559
Valor de Mercado: R$2,1 bilhões
***Free Float*:** 80%

Contatos de RI:

Flávia de Oliveira Gerente de RI
+55 (21) 3311-9789
ri@estacioparticipacoes.com

ESTC3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Divulgação de Resultados 1T12

Principais Indicadores do Trimestre

	Consolidado			Excluindo Aquisições		
Indicadores Financeiros	**1T11**	**1T12**	**Variação**	**1T11**	**1T12**	**Variação**
Receita Líquida (R$ milhões)	**275,8**	**330,6**	**19,9%**	**271,3**	**316,3**	**16,6%**
Lucro Bruto (R$ milhões)	**95,8**	**131,0**	**36,7%**	**94,7**	**124,7**	**31,7%**
Margem Bruta	*34,7%*	*39,6%*	*4,9 p.p.*	*34,9%*	*39,4%*	*4,5 p.p.*
EBIT (R$ milhões)	**28,4**	**46,3**	**63,0%**	**28,1**	**40,9**	**45,6%**
Margem EBIT	*10,3%*	*14,0%*	*3,7 p.p.*	*10,4%*	*12,9%*	*2,5 p.p.*
EBITDA (R$ milhões)	**43,5**	**62,0**	**42,5%**	**43,0**	**56,2**	**30,7%**
Margem EBITDA	*15,8%*	*18,8%*	*3,0 p.p.*	*15,8%*	*17,8%*	*2,0 p.p.*
Lucro Líquido (R$ milhões)	**28,7**	**39,9**	**39,0%**	**28,7**	**34,9**	**21,6%**
Margem Líquida	*10,4%*	*12,1%*	*1,7 p.p.*	*10,6%*	*11,0%*	*0,4 p.p.*

Obs.: EBITDA ajustado com a adição do Resultado Financeiro Operacional (Receita de Multa e Juros sobre Mensalidades).

Mensagem da Administração

Foram necessários três anos de trabalho intenso entre 2008 e meados de 2011 para que pudéssemos construir uma nova Estácio sobre os pilares sólidos que sustentam qualquer empresa desenhada para a longevidade: **produtos** excelentes, **processos** organizados e padronizados, e **pessoas** preparadas e motivadas para buscar objetivos grandiosos.

É nesse contexto que apresentamos os nossos resultados do 1T12, os quais vêm para confirmar a tendência de retomada de crescimento orgânico, com aumento de receita e de ticket médio, ganhos sensíveis de eficiência, e incremento significativo de margem – tudo isso acompanhado de mais um resultado positivo nas nossas pesquisas de clima interno e de satisfação dos alunos, de melhorias nas nossas avaliações pelo MEC, e mais uma vez da adoção de critérios rígidos para negociação de alunos devedores.

Conforme anunciado ao longo do trimestre, iniciamos o ano com uma captação recorde pelo quarto ciclo consecutivo. Desta vez foram 94,3 mil alunos novos de graduação presencial e a distância matriculados no 1T12, um aumento de 29,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, são mais de 278 mil alunos de ensino superior, matriculados nos nossos cursos de graduação e pós-graduação, uma base 15,4% maior que a do ano anterior.

A base de alunos do ensino a distância cresceu 62,5%, totalizando 50,2 mil alunos ao final do 1T12, também como resultado da qualidade da nossa plataforma educacional, construída 100% dentro da Estácio e inteiramente integrada ao Modelo de Ensino dos nossos cursos presenciais, utilizando os mesmos princípios de autonomia, mobilidade, transparência e inclusão digital. Esta plataforma utiliza de maneira muito eficiente as mais modernas ferramentas pedagógicas para prover o conteúdo via aulas online e tele transmitidas, com bastante interatividade e acompanhamento do nosso corpo docente e também com o desenvolvimento crescente de aplicativos para dispositivos como *tablets* e *smartphones*, em linha com as demandas do aluno do século XXI.

Os resultados do 1T12 foram bastante impulsionados, como esperávamos, pelo aumento na base de alunos e também pela nossa capacidade de repassar a inflação para os nossos preços. A receita líquida da Estácio neste trimestre foi de R$330,6 milhões, com um crescimento de 19,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A qualidade do nosso produto, as nossas instalações e o nosso atendimento em franca melhoria, são alguns dos atributos que permitem que consigamos ajustar nossos preços e continuemos crescendo nossa base de modo significativo.

Por sua vez, o modelo de gestão da Estácio também se provou sustentável e, através o uso de ferramentas como o orçamento matricial e o planejamento e controle do custo docente, aliadas ao crescimento da receita e à implementação do nosso modelo de ensino, nos permitiu ampliar a nossa eficiência operacional e assim proporcionar um EBITDA de R$62,0 milhões, com um ganho de margem EBITDA de 3,0 p.p. no 1T12 em relação ao mesmo período

do ano anterior. Esta eficiência operacional decorre em processos fundamentais do negócio, como a formação mais adequada de turmas e o consequente aumento da ocupação média das nossas salas de aula, e também da diluição de custos e despesas que são relativamente fixos em função do aumento da receita. Tudo isso fundamentado por uma cultura totalmente voltada para resultados e meritocracia, que cada vez mais garante que nosso pessoal faça esforços consistentes na mesma direção planejada para a Instituição.

Os ganhos verificados no COGS e no G&A foram parcialmente consumidos por um aumento da provisão para devedores duvidosos (PDD) neste trimestre, que em relação à receita líquida subiu 2,3 p.p. contra o mesmo período em 2011. Tal resultado é fruto direto do aumento de inadimplência verificado ao longo do 2º semestre de 2011, o qual, na ausência de pagamentos ou negociação com os alunos devedores, acaba sendo automaticamente provisionada ao final de 180 dias. Mais uma vez aqui na Estácio decidimos preservar nossos valores e pensar no médio e longo prazos, e preferimos não renovar alunos que optaram por não negociar nos termos oferecidos ou adotar financiamentos como o FIES. Tal política é corroborada ao observar o montante apresentado para a rubrica "Acordos a Receber" que passou praticamente estável em termos nominais (e 6 p.p. menor em termos relativos) se comparado ao 1T11. Além disso, o início do provisionamento dos recebíveis FIES, detalhado na seção "Contas a Receber", também contribuiu para esse aumento na PDD, pois antecipa a provisão destes alunos, ao passo que nosso critério geral de provisionamento esperaria 180 dias para constituir essa provisão.

Nosso lucro líquido totalizou R$39,9 milhões, um aumento de 39,0% sobre o mesmo período do ano anterior, principalmente em função do aumento de 42,5% no EBITDA, que compensou o aumento das despesas financeiras em razão do serviço das dívidas contratadas ao longo de 2011. Com isso, nosso "Lucro por Ação" subiu de R$0,35 para R$0,49, representando 40% sobre o 1T11, refletindo a nossa capacidade de gerar bons retornos com investimentos limitados de capital.

Já o Fluxo de Caixa Operacional começou a mostrar efeitos dos nossos planos de ação focados em Caixa e fechou o trimestre com um ganho de R$13,5 milhões, comparado à uma perda de R$6,0 milhões verificada no 1T11, ou seja, um incremento de quase R$20 milhões na comparação com o 1T11. É importante notar que a geração de caixa no período foi favorecida pelo fato de nossos recebíveis ex-FIES terem permanecido praticamente nos mesmos níveis que os apresentados no final do ano, apesar do aumento da receita. O aumento em relação ao 1T11 deveu-se principalmente ao aumento dos recebíveis FIES, que praticamente dobrou, e também por um aumento nos recebíveis de cartões de crédito e cheques a receber.

No dia 16 de abril, realizamos o Estácio Day no Campus Tom Jobim, do Rio de Janeiro. O Estácio Day procurou mostrar, de um modo mais tangível, as ferramentas e os fundamentos sólidos resultantes do trabalho que vem sendo feito na Companhia ao longo dos últimos quatro anos. Além de reforçar as perspectivas para a nossa visão 2014, mostramos que mais do que projeções, estimativas, e sonhos, nós temos um time de qualidade, ferramentas, sistemas e controles internos, que suportam muito bem toda a estratégia apresentada.

O valor das conquistas deste trimestre é muito maior do que os números. É a prova de que o nosso modelo de negócios tem fundamento e de que criamos uma estrutura forte que garantirá o nosso crescimento com sustentabilidade, de modo completamente alinhado com os nossos acionistas. Seguimos muito confiantes em nosso modelo de negócios, porque acreditamos que o valor de um diploma de ensino superior é crescente nesse momento de transição para a economia do conhecimento, e que os anseios de jovens adultos trabalhadores em busca de um diploma de nível superior são pouco atendidos no Brasil. Sabemos que a qualidade do modelo de ensino da Estácio atrelada a quesitos como inovação, conveniência, acessibilidade, e um custo-benefício imbatível, tornam o nosso plano de negócios ideal para atender a essa crescente demanda. Enfim, temos uma empresa pronta, os processos organizados, e o melhor produto da praça, exatamente na hora certa para um mercado que vem emitindo sinais concretos de uma retomada de crescimento.

Base de Alunos

A Estácio encerrou o processo de captação e renovação do 1T12 com uma **base de alunos** de 278,6 mil (15,4% acima do registrado no 1T11), dos quais 228,4 mil matriculados nos cursos presenciais e 50,2 mil nos cursos de ensino a distância, incluindo as aquisições da Atual, FAL e FATERN. Sem as aquisições feitas no 1T11, a base de alunos no conceito *same shops* cresceu 18,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Devemos considerar também os 2,8 mil alunos da aquisição da SEAMA, anunciada em fevereiro e que será consolidada no nosso resultado a partir do próximo trimestre.

Tabela 1 – Base de Alunos Total

Em mil	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12	Var.
Presencial	**210,5**	**204,7**	**207,2**	**200,6**	**228,4**	**8,5%**
Graduação	200,5	191,6	196,9	189,9	219,4	9,4%
Pós-graduação	10,0	13,1	10,3	10,7	9,0	-10,0%
EAD	**30,9**	**34,0**	**40,6**	**39,4**	**50,2**	**62,5%**
Graduação	28,2	31,4	37,4	37,5	46,3	64,2%
Pós-graduação	2,7	2,6	3,2	1,9	3,9	44,4%
Base de Alunos Total - Final	**241,4**	**238,7**	**247,8**	**240,0**	**278,6**	**15,4%**
Número de Campi	70	72	69	68	69	-1,4%
Alunos Presenciais por Campus	**3.007**	**2.843**	**3.003**	**2.950**	**3.311**	**10,1%**
Número de Pólos	52	52	52	52	52	0,0%
Alunos EAD por Polo	**594**	**654**	**781**	**758**	**965**	**62,5%**

Obs.: As Aquisições realizadas em 2011 já estão incorporadas à base total de alunos de graduação presencial.

Ao final do processo de captação e renovação do 1T12, a base de alunos de graduação presencial da Estácio totalizava 219,4 mil alunos, 9,4% a mais do que o mesmo período do ano anterior, reforçando a tendência de crescimento orgânico da base de alunos após um novo ciclo de captação recorde. É importante lembrar a saída de cerca de 3 mil alunos da base após a venda de nossa Unidade no Paraguai, conforme divulgado no 3T11. No conceito *same-shops*, sem Paraguai e as adquiridas de 2011, o crescimento teria sido de 8,3%.

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação)

Em mil	1T11	1T12	Var.
Saldo Inicial de Alunos	**173,1**	**189,9**	**9,7%**
(-) Aquisições em 2011	-	(10,0)	N.A.
(-) Operação Paraguai	(3,0)	-	N.A.
(-) Formandos	(14,2)	(14,7)	3,8%
Base Renovável	**155,9**	**165,2**	**5,9%**
(+) Captação	61,3	73,0	19,2%
(-) Não Renovação	(26,6)	(31,8)	19,5%
Base de Alunos *same shops*	**190,6**	**206,4**	**8,3%**
(+) Operação Paraguai	3,0	-	N.A.
Base de Alunos ex-aquisições	**193,7**	**206,4**	**6,6%**
(+) Aquisições em 2011	6,8	10,0	47,0%
(+) Captação Adquiridas em 2011	-	3,0	N.A.
Saldo Final de Alunos	**200,5**	**219,4**	**9,4%**

Ao final do período de captação e renovação, nossa base de alunos com o FIES era de 23 mil alunos, o que representa um total de 10,5% da nossa base total de alunos de graduação presencial. Também tínhamos cerca de 12 mil alunos utilizando ProUni, o que representa 99,3% de preenchimento das vagas oferecidas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo MEC.

Tabela 3 – Evolução da Base de Alunos FIES

Em mil	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12	Var.
Alunos FIES	**8,3**	**10,2**	**13,0**	**15,2**	**23,0**	**177,1%**

Nossa **base de alunos de graduação EAD** cresceu 64,2% sobre o mesmo período do ano anterior para um total de 46,3 mil alunos, refletindo a excelente captação do 1T12 e demonstrando mais uma vez a tendência de crescimento expressivo do ensino a distância na Estácio. Vale ressaltar que o processo de captação para a 2ª entrada do EAD já iniciou e também vem demonstrando um forte ritmo, mantendo o bom momento da 1ª entrada (com término previsto para o início de junho).

Tabela 4 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação)

Em mil	1T11	1T12	Var.
Saldo Inicial de Alunos	**23,7**	**37,5**	**58,0%**
(-) Formandos	-	(0,5)	N.A.
(+) Captação	11,5	18,3	58,5%
(-) Não Renovados/evasão	(7,1)	(9,0)	26,8%
Saldo Final de Alunos	**28,2**	**46,3**	**64,2%**

Receita Operacional

A **receita operacional líquida** totalizou R$330,6 milhões no 1T12, um aumento de 19,9% em relação ao 1T11, em função do crescimento de 15,4% na base de alunos e do aumento do ticket médio no período.

Tabela 5 – Composição da Receita Operacional

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
Receita Operacional Bruta	**398,2**	**481,2**	**20,8%**
Mensalidades	394,5	476,9	20,9%
Outras	3,8	4,3	13,2%
Deduções da Receita Bruta	**(122,4)**	**(150,6)**	**23,0%**
Descontos e Bolsas	(111,0)	(135,8)	22,3%
Impostos	(11,4)	(14,8)	29,8%
% Descontos e Bolsas/ Receita Operacional Bruta	*27,9%*	*28,2%*	*0,3 p.p.*
Receita Operacional Líquida	**275,8**	**330,6**	**19,9%**

O **ticket médio presencial** aumentou 8,3% e refletiu o reajuste de mensalidades de acordo com o repasse de inflação no período. É importante notar que o cálculo do ticket médio passará a incorporar o conceito de base geradora de receita, conforme demonstrado na tabela abaixo, ou seja, excluímos da base alunos que não foram enturmados e também a evasão que já ocorreu dentro do trimestre.

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio – Presencial

Em mil	1T11	1T12	Var.
Base de Alunos de Graduação Presencial	**200,5**	**219,4**	**9,4%**
(-) Alunos não enturmados	-	(5,1)	N.A.
(-) Evasão	(7,4)	(5,5)	-25,6%
(=) Base de Alunos de Graduação Presencial Geradora de Receita	**193,1**	**208,9**	**8,2%**
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação Presencial	**10,0**	**9,0**	**-10,0%**
(=) Base de Alunos Presencial Geradora de Receita	**203,1**	**217,9**	**7,3%**
Receita Bruta Presencial (R$ milhões)	**375,8**	**440,6**	**17,2%**
Deduções Presencial (R$ milhões)	(115,2)	(137,8)	19,7%
Receita Líquida Presencial (R$ milhões)	**260,6**	**302,8**	**16,2%**
Ticket Médio Presencial (R$)	**427,7**	**463,2**	**8,3%**

Obs.: No 1T11, os alunos não enturmados foram registrados na movimentação do 2T11.

O **ticket médio EAD** aumentou 0,5%, principalmente em razão de descontos concedidos em função dos processos de captação, compensados pelo reajuste de mensalidades de acordo com a inflação no período.

Tabela 7 – Cálculo do Ticket Médio – EAD

Em mil	1T11	1T12	Var.
Base de Alunos de Graduação EAD	**28,2**	**46,3**	**64,2%**
(-) Não enturmados	(1,0)	(0,9)	-5,6%
(-) Evasão	(0,4)	(1,0)	156,0%
(=) Base de Alunos de Graduação EAD Geradora de Receita	**26,8**	**44,3**	**65,4%**
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação EAD	**2,7**	**3,9**	**44,4%**
(=) Base de Alunos EAD Geradora de Receita	**29,5**	**48,2**	**63,5%**
Receita Bruta EAD (R$ milhões)	**22,4**	**37,5**	**67,4%**
Deduções EAD (R$ milhões)	(7,2)	(12,4)	71,1%
Receita Líquida EAD (R$ milhões)	**15,2**	**24,9**	**64,4%**
Ticket Médio EAD (R$)	**171,5**	**172,4**	**0,5%**

Custos dos Serviços Prestados

No 1T12, o **custo caixa como percentual da receita líquida** apresentou um ganho de eficiência de 5,2 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2011, em função principalmente da redução significativa nos custos de pessoal (ganho de 4,6 p.p.), refletindo a eficiência crescente no controle do custo docente, e de INSS (ganho de 1,2 p.p.), decorrente do fim do processo de escalonamento do INSS, que mais do que compensaram o aumento nos custos com material didático (-0,6 p.p.).

Tabela 8 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	**(174,5)**	**(191,9)**	**10,0%**
Pessoal	(136,0)	(143,9)	5,8%
Pessoal e encargos	(111,2)	(117,9)	6,0%
INSS	(24,8)	(25,9)	4,4%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(25,1)	(29,9)	19,1%
Material didático	(3,1)	(5,5)	77,4%
Serviços de terceiros e outros	(10,3)	(12,6)	22,3%

Tabela 9 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

% em relação à receita operacional líquida	1T11	1T12	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	**-63,2%**	**-58,0%**	***5,2 p.p.***
Pessoal	-49,3%	-43,5%	*5,8 p.p.*
Pessoal e encargos	-40,3%	-35,7%	*4,6 p.p.*
INSS	-9,0%	-7,8%	*1,2 p.p.*
Aluguéis, condomínio e IPTU	-9,1%	-9,0%	*0,1 p.p.*
Material didático	-1,1%	-1,7%	*-0,6 p.p.*
Serviços de terceiros e outros	-3,7%	-3,8%	*-0,1 p.p.*

Tabela 10 – Reconciliação do Custo

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	**(174,5)**	**(191,9)**	**10,0%**
(+) Depreciação	(5,5)	(7,6)	38,2%
Custos dos Serviços Prestados	**(180,0)**	**(199,6)**	**10,9%**

Lucro Bruto

Tabela 11 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
Receita operacional líquida	275,8	330,6	19,9%
Custos dos serviços prestados	(180,0)	(199,6)	10,9%
Lucro Bruto	**95,8**	**131,0**	**36,7%**
(-) Depreciação	5,5	7,6	38,2%
Lucro Bruto Caixa	**101,3**	**138,6**	**36,8%**
Margem Bruta Caixa	*36,7%*	*41,9%*	*5,2 p.p.*

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

No primeiro trimestre de 2012, as **despesas gerais e administrativas** representaram 13,1% da receita líquida, com uma perda de margem de 0,5 p.p. em razão principalmente: (i) do aumento de 0,8 p.p. na linha de pessoal, devido a um aumento na concessão de alguns benefícios adicionais aos colaboradores (plano de saúde, auxílio alimentação) e início da provisão escalonada de remuneração variável; e (ii) do aumento de 1,7 p.p. na linha de provisões para contingências, que no ano passado foi beneficiada por uma reversão decorrente da venda da nossa operação no Uruguai (a "Escuela"), que na ocasião gerou uma reversão de aproximadamente R$2,9 milhões e outra reversão de contingências no valor aproximado de R$1 milhão.

As **despesas comerciais** representaram 11,3% da receita líquida no 1T12, causando uma redução na margem (-0,8 p.p.) em relação ao 1T11, devido principalmente ao aumento de 2,3 p.p. na relação da PDD com a receita líquida, refletindo o cenário de inadimplência verificado ao longo do ano passado e capturado através dos nossos critérios rígidos e transparentes de provisionamento. Além disso, o início do provisionamento para os recebíveis FIES, detalhado na seção "Contas a Receber", causou um aumento nesta rubrica, pois antecipa a provisão destes alunos, ao passo que nosso critério geral de provisionamento espera 180 dias para constituir a provisão.

Por outro lado, deve-se destacar o ganho de 1,5 p.p. em **despesas com publicidade**, o que resulta em um custo por admissão bastante competitivo no nosso segmento e uma estratégia de linearizar um pouco mais os investimentos em marketing visando uma captação relevante para o 2º semestre do ano.

Tabela 12 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	**(63,7)**	**(80,6)**	**26,5%**
Despesas Comerciais	**(29,0)**	**(37,3)**	**28,6%**
PDD	(5,2)	(14,0)	169,2%
Publicidade	(23,7)	(23,3)	-1,7%
Despesas Gerais e Administrativas	**(34,7)**	**(43,3)**	**24,8%**
Pessoal	(16,3)	(20,9)	28,2%
Pessoal e encargos	(12,7)	(18,0)	41,7%
INSS	(3,5)	(2,9)	-17,1%
Outros	(18,5)	(22,4)	21,1%
Serviços de terceiros	(10,3)	(12,2)	18,4%
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	(1,1)	(0,6)	-45,5%
Material de consumo	(0,3)	(0,3)	0,0%
Provisão para contingências	3,2	(1,7)	N.A.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1,7	2,5	47,1%
Outras	(11,7)	(10,1)	-13,7%
Depreciação	**(3,7)**	**(4,0)**	**8,1%**

Tabela 13 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

% em relação à receita operacional líquida	1T11	1T12	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	**-23,1%**	**-24,4%**	***-1,3 p.p.***
Despesas Comerciais	**-10,5%**	**-11,3%**	***-0,8 p.p.***
PDD	-1,9%	-4,2%	*-2,3 p.p.*
Publicidade	-8,6%	-7,1%	*1,5 p.p.*
Despesas Gerais e Administrativas	**-12,6%**	**-13,1%**	***-0,5 p.p.***
Pessoal	-5,9%	-6,3%	*-0,4 p.p.*
Pessoal e encargos	-4,6%	-5,4%	*-0,8 p.p.*
INSS	-1,3%	-0,9%	*0,4 p.p.*
Outros	-6,7%	-6,8%	*-0,1 p.p.*
Serviços de terceiros	-3,7%	-3,7%	*0,0 p.p.*
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	-0,4%	-0,2%	*0,2 p.p.*
Material de consumo	-0,1%	-0,1%	*0,0 p.p.*
Provisão para contingências	1,2%	-0,5%	*-1,7 p.p.*
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	0,6%	0,8%	*0,2 p.p.*
Outras	-4,2%	-3,1%	*1,1 p.p.*
Depreciação	**-1,3%**	**-1,2%**	***0,1 p.p.***

EBITDA

No 1T12, o **EBITDA** totalizou R$62,0 milhões, 42,5% maior do que o apresentado no 1T11, com uma margem EBITDA de 18,8%, representando um ganho de 3,0 p.p. frente ao ano anterior, principalmente em razão da melhor gestão dos custos e despesas com pessoal, que compensaram os aumentos já esperados nos custos com material didático e nas despesas com PDD.

Tabela 14 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
Receita Operacional Líquida	**275,8**	**330,6**	**19,9%**
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(174,5)	(191,9)	10,0%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(63,7)	(80,6)	26,5%
(+) Resultado financeiro operacional	5,8	4,0	-31,0%
EBITDA	**43,5**	**62,0**	**42,5%**
Margem EBITDA	*15,8%*	*18,8%*	*3,0 p.p.*

No conceito *same shops*, excluindo as aquisições realizadas em 2011, o EBITDA do 1T12 somou R$56,2 milhões, um aumento de 30,6%, com ganho de margem de 2,0 p.p. em relação ao 1T11. Esse resultado mostra o sucesso na integração das aquisições realizadas no ano passado e como elas já contribuem significantemente para nosso ganho de margem.

Tabela 15 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) – *Same shops*

Em R$ milhões	1T11 ex-aquisições	1T12 ex-aquisições	Variação
Receita Operacional Líquida	**271,3**	**316,3**	**16,6%**
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(171,1)	(184,2)	7,7%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(63,0)	(79,8)	26,7%
(+) Resultado financeiro operacional	5,8	3,9	-32,6%
EBITDA	**43,0**	**56,2**	**30,6%**
Margem EBITDA	*15,8%*	*17,8%*	*2,0 p.p.*

Empresas Adquiridas

Apresentamos a seguir um quadro com os resultados das empresas adquiridas em 2011. Esse detalhamento será mantido até 12 meses após a data de cada aquisição para possibilitar o devido acompanhamento do desempenho da Companhia no conceito *same-shops.* Após esse período os resultados das empresas adquiridas serão demonstrados dentro do Consolidado.

Tabela 16 – Principais Indicadores das Empresas Adquiridas para o 1T12

Em R$ milhões	Atual	FAL	FATERN	Academia do Concurso
Receita Líquida	6,0	3,6	2,9	2,7
Lucro Bruto	2,8	1,7	0,9	1,5
Margem Bruta	*46,7%*	*47,2%*	*31,0%*	*55,6%*
EBITDA	2,9	1,6	1,1	0,7
Margem EBITDA	*48,3%*	*44,4%*	*37,2%*	*25,9%*
Lucro Líquido	2,7	1,5	0,9	0,4
Margem Líquida	*45,0%*	*41,7%*	*31,0%*	*14,8%*

Conforme demonstrado acima, as empresas adquiridas apresentaram novamente ótimos resultados, e suas margens de contribuição já são significativas para o resultado consolidado da Estácio, após termos integrado as operações com sucesso. As aquisições em Natal, a Estácio-FAL e a Estácio-Fatern, tiveram margens de contribuição positivas no 1T12, com margens EBITDA de 44,4% e 37,2%, respectivamente. Ambas as Unidades se beneficiam da formação do "Núcleo Natal" em conjunto com a nossa Unidade original na cidade, ganhando em sinergias e economias de escala e assim alavancando suas margens.

Vale destacar que as aquisições em Natal foram decisivas para reposicionar a Estácio nessa importante cidade do Nordeste do país. No 1T11, quando tínhamos apenas a operação original em Natal e um mês de consolidação da FAL, nosso EBITDA foi de aproximadamente R$0,06 milhão. Já no 1T12, somando as duas aquisições com a nossa operação original em Natal, que também melhorou significativamente ao longo do ano, o EBITDA do "Núcleo Natal" foi superior a R$3,0 milhões, demonstrando assim a rápida geração de valor das nossas aquisições, independentemente do tamanho das mesmas.

A Estácio-Atual, nossa primeira aquisição em 2011 e a mais avançada em termos de integração, apresentou uma margem EBITDA de 48,3% no 1T12, comprovando mais uma vez a excelente performance da Unidade e o sucesso da aquisição, com desempenho bastante superior ao *business plan* que justificou o negócio. Vale ressaltar o aumento do PESA (Pesquisa de Satisfação do Aluno) na Atual, reforçando ainda mais o sucesso do processo de integração e a forte aceitação da entrada do novo modelo de ensino pelos alunos nas novas Unidades adquiridas.

A Academia do Concurso, por sua vez, conseguiu reverter os resultados de trimestres passados e apresentou desempenho positivo após os ajustes pontuais que foram feitos em 2011. Enquanto isso continua a estruturar sua plataforma para cursos EAD e começa a dar início à comercialização de uma plataforma de cursos livres, por exemplo, ofertando o bem-sucedido curso PrOAB (preparatório para o exame da OAB) da Estácio ao público em geral, o que irá contribuir para a geração de receita, procurando assim aumentar as suas margens e ampliar as suas perspectivas de crescimento.

Resultado Financeiro

Tabela 17 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
Receitas Financeiras	**9,5**	**8,6**	**-9,5%**
Multas e juros recebidos por atraso	5,8	4,0	-31,0%
Rendimentos de aplicações financeiras	3,3	4,2	27,3%
Outras	0,4	0,4	0,0%
Despesas Financeiras	**(7,8)**	**(12,7)**	**62,8%**
Despesas bancárias	(1,1)	(2,3)	109,1%
Juros e encargos financeiros	(0,5)	(7,8)	1460,0%
Perdão de dívida	(3,3)	-	N.A.
Descontos financeiros	(1,6)	(0,9)	-43,8%
Outras	(1,3)	(1,6)	23,1%
Resultado Financeiro	**1,6**	**(4,1)**	**N.A.**

No 1T12, o **resultado financeiro** ficou negativo em R$4,1 milhões, em razão do aumento de R$4,9 milhões nas despesas financeiras. Esse resultado decorre principalmente do aumento de R$7,3 milhões na linha de juros e encargos financeiros, em função do pagamento do serviço das dívidas contraídas em 2011, em particular a linha de crédito com IFC e emissão de debêntures.

Lucro Líquido

Tabela 18 – Conciliação do EBITDA para o Lucro Líquido

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
EBITDA	**43,5**	**62,0**	**42,5%**
Resultado financeiro operacional	(5,8)	(4,0)	-31,0%
Resultado Financeiro	1,6	(4,1)	-356,3%
Depreciação	(9,2)	(11,6)	26,1%
Resultado das Atividades não continuadas	0,2	-	-100,0%
Contribuição social	(0,4)	(0,6)	50,0%
Imposto de renda	(1,1)	(1,7)	54,5%
Lucro Líquido	**28,7**	**39,9**	**39,0%**

No primeiro trimestre de 2012, o **lucro líquido** totalizou R$39,9 milhões, um aumento de 39,0% sobre o mesmo período do ano anterior, em função principalmente do aumento de 19,9% na receita líquida e do ganho de eficiência nas linhas de custo, resultando no crescimento de 42,5% do EBITDA, que mais do que compensou a piora no resultado financeiro.

No 1T12, nosso **lucro por ação** ficou em R$0,49, em comparação com R$0,35 realizado no 1T11, um crescimento de 40%.

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

O número de **dias do contas a receber de alunos** (mensalidades e acordos) ficou em 67 dias no 1T12. Sem considerar as aquisições de 2011, ficamos em 65 dias, estável em relação ao 4T11, porém com um claro aumento do mix de recebíveis de cartões e cheques, o que é saudável no médio prazo.

Tabela 19 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R$ milhões)	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12	1T12 ex-aquisições
Contas a Receber Bruto	**234,4**	**273,1**	**283,2**	**320,8**	**358,5**	**329,8**
FIES	21,2	25,4	31,0	36,5	55,4	55,3
Mensalidades de alunos	164,6	198,7	195,0	241,4	246,6	220,5
Cartões a receber	12,8	10,8	16,4	12,2	21,9	21,3
Acordos a receber	31,7	32,4	35,5	26,4	33,7	31,8
Taxas a receber	4,1	5,7	5,3	4,4	0,8	0,8
Créditos a identificar	(5,5)	(6,8)	(5,2)	(7,4)	(6,1)	(6,1)
Saldo PDD	(49,9)	(55,8)	(56,0)	(69,3)	(73,9)	(62,4)
Contas a Receber Líquido	**179,0**	**210,5**	**221,9**	**244,1**	**278,5**	**261,3**
(-) FIES	(21,2)	(25,4)	(31,0)	(36,5)	(55,4)	(55,3)
Contas a Receber Líquido Ex. FIES	**157,8**	**185,0**	**190,9**	**207,6**	**223,0**	**206,0**
Receita Liquida (Últimos 12 meses)	**1.288,4**	**1.119,3**	**1.106,5**	**1.148,4**	**1.203,2**	**1.147,8**
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES	**44**	**60**	**62**	**65**	**67**	**65**

Seguindo a nossa linha de transparência e *disclosure* na divulgação de resultados, voltamos a publicar o cálculo do prazo médio de recebimento do FIES e o cálculo do prazo médio de recebimento bruto, que utiliza o Contas a receber bruto (incluindo o FIES e sem descontar a PDD), visto que esse indicador é que tem efeito direto no consumo de capital de giro e geração de caixa operacional da empresa.

Tabela 20 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento do FIES

Prazo médio de recebimento - FIES	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12
Contas a Receber FIES	21,2	25,4	31,0	36,5	55,4
Contas a Compensar	22,6	18,2	9,7	16,7	11,0
Receita Líquida FIES (Últimos 12 meses)	49,8	67,6	82,7	101,4	117,7
Dias do Contas a Receber FIES	**317**	**233**	**177**	**189**	**203**

O **contas a receber FIES** de R$55,4 milhões aumentou R$18,9 milhões em relação ao 4T11, em função principalmente do aumento do número de alunos FIES na base de alunos (23 mil alunos ao final do 1T12) e da demora em concluir todo o processo de aditamento dos contratos, o que acabou contribuindo para o aumento do número de dias do contas a receber FIES. Por outro lado, ao longo do trimestre gerimos melhor os processos para utilização dos certificados já emitidos, o que nos permitiu concluir o período com R$11,0 milhões em créditos a compensar do FIES, R$5,7 milhões a menos do que tínhamos no 4T11. Apesar de não haver risco de inadimplência sobre os recebíveis do FIES, seu aumento impacta nosso capital de giro e por isso continuamos dedicados a encurtar ao máximo o seu PMR de forma especifica. Em abril, nosso recebimento de novos certificados do FIES foi de R$26,1 milhões, além de termos liberado R$6,1 milhões do FIES antigo que estavam em nossos recebíveis. Desse montante, já utilizamos cerca de R$11,7 milhões para pagamento de INSS e recompramos R$16,3 milhões em leilões, indicando uma recuperação em relação a períodos anteriores. Em paralelo, continuamos com a nossa política de utilizar o instrumento de financiamento como parte de nossos esforços para a retenção de alunos, direcionando o FIES, na medida do possível, para alunos com histórico ou tendência de dificuldades nos pagamentos.

O **provisionamento da inadimplência de alunos FIES** será realizado da seguinte forma a partir deste trimestre: (i) 2,25% para alunos com fiador (assumindo de forma conservadora que a perda futura da carteira FIES será de 15%, índice aproximadamente três vezes superior à perda histórica da carteira de alunos ex-FIES, a provisão foi constituída considerando 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência) e (ii) 7% para alunos que participam do Fundo

Garantidor do FIES. O provisionamento para os alunos FIES foi feito de forma retroativa e também já para o saldo do 1T12, e acabou elevando a provisão em R$2,2 milhões na PDD do 1T12. De fato, nesse primeiro momento, nossa PDD foi afetada negativamente, porque reconhecemos a provisão imediatamente, antecipando uma provisão que aguardaria normalmente 180 dias pelo critério utilizado pela Estácio.

O **prazo médio de recebimento bruto**, apresentado na tabela abaixo, leva em consideração o FIES e também o total do Contas a Receber bruto, sem descontar a PDD. Conforme pode ser observado, esse valor é superior ao PMR usualmente apresentado (conforme indicado na Tabela 19 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento), visto que não desconta o saldo de PDD e inclui os recebíveis de FIES.

Tabela 21 – Contas a receber bruto e prazo médio de recebimento bruto

Prazo médio de recebimento	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12
Contas a Receber Bruto	234,4	273,1	283,2	320,8	358,5
Receita Liquida (Últimos 12 meses)	1.288,4	1.119,3	1.106,5	1.148,4	1.202,3
Dias do Contas a Receber Bruto	**65**	**88**	**92**	**101**	**107**
Dias do Contas a Receber Bruto Ex. FIES	**60**	**80**	**82**	**89**	**91**

O aumento de 6 dias no prazo médio de recebimento bruto em relação ao 4T11 está relacionado principalmente com o aumento da participação do FIES na base de alunos, uma vez que o processo de recebimento do FIES ainda apresenta entraves burocráticos e é bastante superior à média da Estácio.

Tabela 22 – *Aging* do Contas a Receber Bruto Total

Composição por Idade (R$ milhões)	1T11	%	1T12	%
FIES	21,2	9%	55,4	15%
A vencer	68,7	29%	101,4	28%
Vencidas até 30 dias	40,2	17%	52,9	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	18,5	8%	20,8	6%
Vencidas de 61 a 90 dias	5,8	2%	6,9	2%
Vencidas de 91 a 179 dias	30,2	13%	47,2	13%
Vencidas há mais de 180 dias	49,9	21%	73,9	21%
TOTAL	**234,4**	**100%**	**358,5**	**100%**

Tabela 23 – *Aging* dos Acordos a Receber

Composição dos Acordos por Idade (R$ milhões)	1T11	%	1T12	%
A vencer	23,1	73%	19,5	58%
Vencidas até 30 dias	1,9	6%	2,5	7%
Vencidas de 31 a 60 dias	0,8	3%	1,2	4%
Vencidas de 61 a 90 dias	0,7	2%	1,3	4%
Vencidas de 91 a 179 dias	2,0	6%	4,1	12%
Vencidas há mais de 180 dias	3,2	10%	5,1	15%
TOTAL	**31,7**	**100%**	**33,7**	**100%**
% sobre o Contas a Receber Bruto	**14%**		**9%**	

Por outro lado, nossa carteira de recebíveis segue saudável. Graças a nossa adoção de políticas rigorosas para renegociação de dívidas, no 1T12 apenas 9% do total de recebíveis são originados de renegociações com alunos. Além disso, o percentual de títulos já vencidos dentre os recebíveis de renegociações há mais de 60 dias representa 31% do total de acordos, ou seja, 2,9% do total de nossa carteira de recebíveis.

Nossos critérios continuam rígidos, claros e objetivos, segundo os quais provisionamos 100% dos recebíveis vencidos há mais de 180 dias, agora complementados pelo provisionamento do FIES. As tabelas 24 e 25 demonstram como a nossa PDD é constituída, e reconcilia os saldos de balanço com os valores que transitaram em resultado.

Tabela 24 – Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE

Em R$ milhões	31/12/2011	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	31/03/2012
Mensalidades e taxa	56,8	28,8	(14,4)	14,3	(8,8)	62,4
Adquiridas	12,5	3,5	(4,5)	(1,0)	-	11,5
TOTAL	**69,3**	**32,2**	**(18,9)**	**13,3**	**(8,8)**	**73,9**

Tabela 25 – Reconciliação dos Saldos da Provisão para Devedores Duvidosos no Balanço

	31/03/2012
Complemento da provisão	13,3
Risco de crédito - FIES	2,2
Baixa de cobrança e depósitos não identificados	(1,5)
Total	**14,0**

Investimentos (CAPEX e Aquisições)

Tabela 26 – Detalhamento dos Investimentos

Em R$ milhões	1T11	1T12	Variação
CAPEX Total	**53,7**	**24,8**	**-53,9%**
Manutenção	**6,6**	**8,4**	**27,3%**
Discricionário, Expansão e Aquisições	**47,1**	**16,4**	**-65,3%**
Modelo de Ensino	3,3	4,0	**21,7%**
Nova Arquitetura de TI	0,8	4,5	467,9%
Projeto Tablet	-	3,6	N.A.
Parque de Computadores	9,9	-	N.A.
Expansão	5,9	4,2	-28,8%
Aquisições	27,2	-	N.A.

O **CAPEX total** do 1T12 apresentou uma redução de 54% com relação ao 1T11, principalmente em função de não ter havido dispêndios com aquisições neste trimestre (contra R$27,2 milhões no 1T11), e também da troca do parque de computadores que aconteceu apenas em 2011.

O **CAPEX de manutenção** totalizou R$8,4 milhões no 1T12, alocados principalmente em atualização de sistemas, equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. Neste trimestre, este CAPEX apresentou um aumento em função de leasing de equipamentos de ar-condicionado no valor de R$3,8 milhões.

Também foram investidos cerca de R$4,0 milhões no projeto do **Modelo de Ensino** (construção de conteúdo, e desenvolvimento e produção EAD); R$3,6 milhões do Projeto Tablet; e R$4,5 milhões na aquisição de hardware e licenças para o desenvolvimento do nosso projeto de revisão da arquitetura de T.I., que visa substituir os nossos sistemas acadêmicos legados e também adequar o nosso hardware para o crescimento vislumbrado para a Estácio.

Os **investimentos em projetos de expansão, revitalizações e melhorias de unidades** totalizaram R$4,2 milhões no 1T12 e compreenderam os investimentos realizados no nosso novo campus Via Brasil, cujas operações iniciaram nesse trimestre, além das outras unidades a serem lançadas em 2012.

Capitalização e Caixa

Tabela 27 – Capitalização e Caixa

Em R$ milhões	31/03/2011	31/12/2011	31/03/2012
Patrimônio líquido	**614,2**	**618,9**	**659,6**
Caixa e disponibilidades	**128,2**	**169,4**	**182,7**
Endividamento bruto	**(21,6)**	**(264,4)**	**(273,9)**
Empréstimos bancários	(11,3)	(254,4)	(265,3)
Curto prazo	(4,4)	(6,5)	(15,5)
Longo prazo	(6,9)	(247,8)	(249,8)
Compromissos a pagar (Aquisições)	(4,9)	(5,4)	(4,1)
Parcelamento de tributos	(5,4)	(4,6)	(4,5)
Caixa / Dívida líquida	**106,5**	**(95,0)**	**(91,2)**

Ao final do 1T12, o **caixa** totalizava R$182,7 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha.

O **endividamento** bancário de R$265,3 milhões corresponde à primeira emissão de debêntures da Companhia de R$200 milhões, ao empréstimo de R$48,5 milhões junto ao IFC, e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638. Além disso, contamos com os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas, na ordem de R$4,1 milhões, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados para determinar o nosso **endividamento bruto,** que totalizou R$273,9 milhões ao final do 1T12.

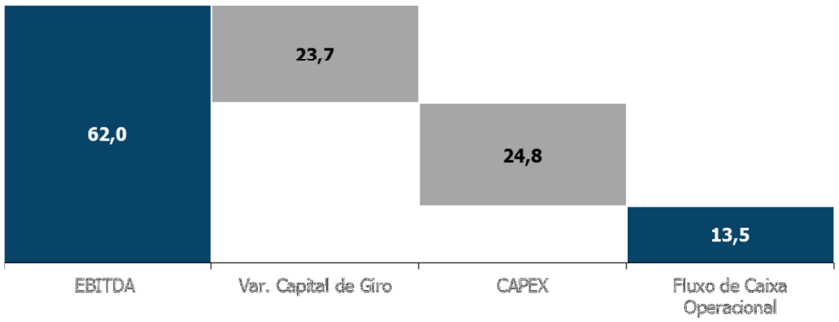
Dessa forma, a **dívida líquida** da Estácio ao final do 1T12 totalizava R$91,2 milhões.

Fluxo de Caixa

No 1T12, a variação de R$23,7 milhões do capital de giro e a variação de R$24,8 milhões do CAPEX, consumiram R$48,5 milhões do nosso EBITDA, gerando um **fluxo de caixa operacional positivo** de R$13,5 milhões, em comparação com um fluxo operacional negativo de R$6 milhões no 1T11.

A **variação no capital de giro** é explicada basicamente pelo aumento no contas a receber (R$34,4 milhões). Importante notar que a variação do contas a receber foi basicamente afetada pelo aumento de R$19,0 milhões nos recebíveis do FIES, que totalizava R$55,4 milhões ao final do 1T12, impactando diretamente nosso fluxo de caixa operacional, mas sem apresentar risco de crédito.

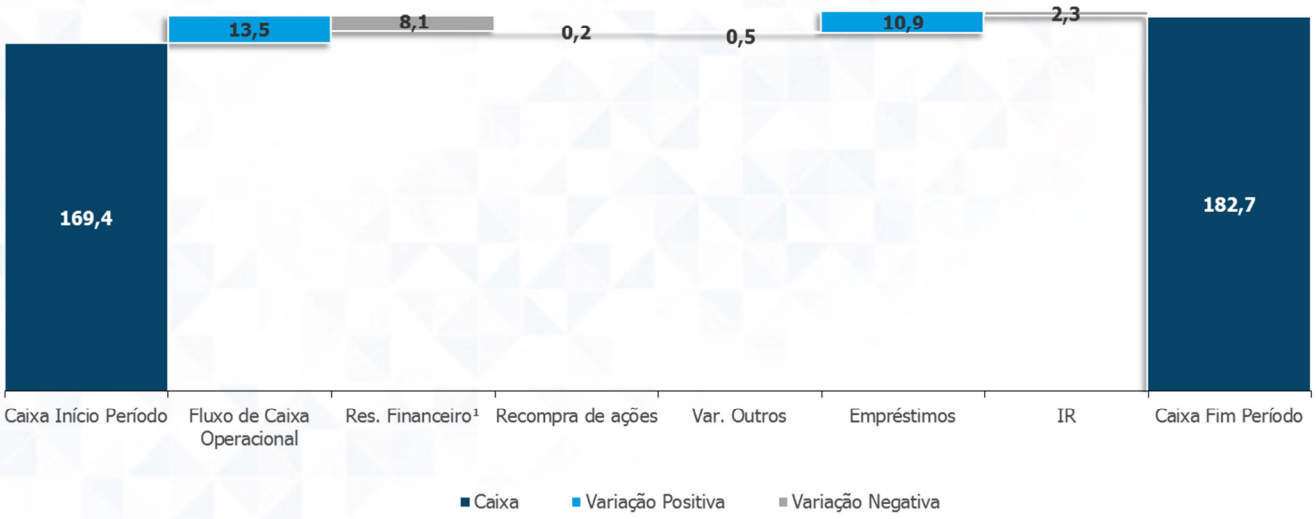
Gráfico 1 – Fluxo de Caixa Operacional (R$ milhões) – Trimestral



No 1T12, o fluxo de caixa operacional positivo mais do que compensou o resultado financeiro negativo (R$8,1 milhões), contribuindo para o aumento de R$13,3 milhões em nosso caixa, que encerrou o período com uma posição de R$182,7 milhões.

É importante lembrar que ao final do trimestre tínhamos em nossas mãos R$11,0 milhões de certificados já emitidos do FIES, não considerados como disponibilidades em nosso balanço, e que já estão sendo utilizados para o pagamento de impostos ou vendidos nos leilões de recompra, além dos R$55,4 milhões de recebíveis FIES que ainda aguardavam o envio dos certificados.

Gráfico 2 – Fluxo de Caixa (R$ milhões) – Trimestral



¹Resultado Financeiro excluindo o Resultado Financeiro Operacional

Principais Fatos Marcantes do 1T12

Estácio Day no Rio de Janeiro

Foto: Paula Caleffi, Eduardo Alcalay, João Barroso, Rogério Melzi, Pedro Graça, Miguel de Paula, Gilberto Castro e Virgílio Gibbon (da esquerda para a direita).

Com o objetivo de estreitar o relacionamento com investidores nacionais e mostrar mais de perto e com detalhes a estrutura e o modelo da Estácio, realizamos no dia 16 abril o 1º Estácio Day no Brasil. O evento reuniu na unidade Tom Jobim, no Rio de Janeiro, cerca de 100 investidores, acionistas e analistas interessados em conhecer mais sobre a história da instituição e as perspectivas para os próximos anos.

O evento marcou a primeira apresentação pública de toda a Diretoria Executiva da Estácio Participações em um evento voltado para o mercado de capitais, além de ter contado com a presença de outros diretores e gestores corporativos da Estácio.

O Estácio Day começou com palestras do Presidente do Conselho de Administração da Estácio, Eduardo Alcalay, e de nosso Presidente, Rogério Melzi, seguidos pelos outros Diretores Executivos. Durante o almoço, apresentamos dois cases de sucesso do nosso modelo de gestão: Késsi Sodré, Diretor do Núcleo Recife, e Ana Flavia Chaves, Diretora do Núcleo Fortaleza, apresentaram o case "Crescendo com a Estácio". Késsi, que já é resultado do programa Trainee implementado há 3 anos, contou sobre sua trajetória na empresa, exemplificando os pilares de treinamento, retenção de talentos e crescimento por meritocracia.

O evento foi preparado para que os presentes pudessem vivenciar, na prática, todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos na Empresa. Quatro salas foram montadas para demonstrar, à tarde, os seguintes assuntos: EAD, Dinâmica de Mercado, Sistemas de Gestão e Eficiência e CSC. Nas salas, os investidores e analistas puderam experimentar e conhecer de perto aspectos operacionais de cada uma dessas áreas, podendo "degustar" a qualidade das nossas aulas do Ensino a Distância e observar o diferencial dos nossos mecanismos de controle do custo docente, entre outras experiências.

"Posso afirmar que todos os nossos convidados saíram daqui impressionados com a Estácio que conheceram, pois pela primeira vez puderam visualizar e em alguns casos tocar aquilo que o Alcalay, a Flavia, e eu, temos tentado descrever há alguns anos.", comentou Rogério Melzi, Presidente da Estácio.

Aquisição da SEAMA

Em 6 de fevereiro, a Estácio anunciou a aquisição da Associação Educacional da Amazônia (ASSEAMA), mantenedora da Faculdade SEAMA, instituição com sede e campus na cidade de Macapá, Estado do Amapá. O valor do investimento foi de R$ 21,7 milhões de reais. A SEAMA possui cerca de 2,8 mil alunos matriculados em seus cursos e ticket médio de aproximadamente R$630. A consolidação das atividades em Macapá possibilitará a expansão da Companhia em um

mercado em que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privada da cidade. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de saúde. A operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

Demonstrando o comprometimento da Estácio com as suas Unidades adquiridas e reforçando a nossa cultura, apenas no período entre a conclusão da aquisição e a divulgação desse release, o Diretor de Operações, o de Gente e Gestão (duas vezes) e o Presidente da Estácio, além de outros colaboradores de áreas diversas, já estiveram na SEAMA conversando com alunos, professores e colaboradores administrativos, mostrando de modo absolutamente transparente as vantagens de "ser Estácio".

Centros Universitários

Nos dias 10 e 12 de abril de 2012, a Faculdade Estácio do Ceará (Estácio FIC) e a Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina (FESSC), respectivamente, tiveram deferidos e aprovados por unanimidade, no Conselho Nacional de Educação (CNE), os seus pedidos de credenciamento como Centros Universitários, após terem passado por todos os níveis de aferição de qualidade de uma Instituição de ensino superior. Isto significa que a qualidade das instituições foi certificada pelo Ministério da Educação (MEC) em sua instância máxima e, a partir da homologação e publicação de Portaria Ministerial, essas duas Unidades da Estácio passam a ter prerrogativas de autonomia inerentes a um Centro Universitário, podendo assim aumentar vagas e criar cursos e novas unidades nos seus municípios a partir de resoluções das próprias instituições, independente de autorização do MEC.

Pesquisa de Clima

A Pesquisa de Clima 2012, concluída em fevereiro, atingiu pelo terceiro ano consecutivo a meta de favorabilidade, com 65% da aprovação de colaboradores em todo o Brasil, valor comparável a uma aprovação de 62% no ano anterior. Participaram do levantamento 6.740 respondentes, número que equivale à 71% do nosso quadro funcional. Tal resultado mostra o envolvimento efetivo de professores e demais colaboradores com o modelo de negócio da Estácio, permitindo que consigamos buscar eficiência e reduzir o custo docente ao mesmo tempo em que conquistamos cada vez mais o respeito e a satisfação dos nossos colaboradores, que por sua vez tem impacto direto na atração e retenção dos nossos alunos, e portanto no nosso resultado de maneira geral.

Relatório Anual 2011

Norteada pelos princípios da ética e da transparência, a Estácio divulgou seu 2° Relatório Anual no final de abril. A publicação é uma prestação de contas de todo o trabalho e conquistas realizadas em 2011 para os nossos acionistas, colaboradores, fornecedores e para a comunidade em geral. Apresentamos os resultados alcançados em 2011, permitindo a avaliação contínua do excelente trabalho da Administração da Estácio, assim como os desafios para o ano de 2012.

Além de mostrarmos as realizações de todas as áreas da Companhia, o Relatório Anual informa, ainda, sobre os principais prêmios e conquistas de nossos docentes e alunos. Para conferir o documento, basta acessar nosso site de Relações com Investidores: www.estacioparticipacoes.com.br.

Estácio

Divulgação de Resultados 1T12

Dados das Teleconferências sobre Resultados

Teleconferência (em Português)	Teleconferência (em Inglês)
Data: 11 de maio de 2012 (sexta-feira)	Data: 11 de maio de 2012 (sexta-feira)
Horário: 10h00 (Brasília) / 09h00 (NY)	Horário: 12h00 (Brasília) / 11h00 (NY)
Telefone de Conexão: +55 (11) 2188 0155	Telefone de Conexão: +1 (412) 317-6776
Código de Acesso: Estácio	Código de Acesso: Estácio
Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ri	Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ir
Replay: disponível até 18/05/2012	Replay: disponível até 20/05/2012
Telefone de Acesso: +55 (11) 2188 0155	Telefone de Acesso: +1 (412) 317-0088
Código de Acesso: Estácio	Código de Acesso: 10013185

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Estácio são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Demonstração de Resultados em IFRS

	Consolidado			Excluindo Aquisições		
Em R$ milhões	**1T11**	**1T12**	**Variação**	**1T11**	**1T12**	**Variação**
Receita Operacional Bruta	**398,2**	**481,2**	**20,8%**	**392,0**	**462,5**	**18,0%**
Mensalidades	394,5	476,9	20,9%	388,3	461,4	18,8%
Outras	3,8	4,3	13,2%	3,8	1,1	-71,1%
Deduções da Receita Bruta	**(122,4)**	**(150,6)**	**23,0%**	**(120,8)**	**(146,3)**	**21,1%**
Descontos e Bolsas	(111,0)	(135,8)	22,3%	(109,7)	(132,5)	20,8%
Impostos	(11,4)	(14,8)	29,8%	(11,1)	(13,8)	24,3%
Receita Operacional Líquida	**275,8**	**330,6**	**19,9%**	**271,3**	**316,3**	**16,6%**
Custos dos Serviços Prestados	**(180,0)**	**(199,6)**	**10,9%**	**(176,5)**	**(191,6)**	**8,6%**
Pessoal	(136,0)	(143,9)	5,8%	(133,1)	(137,8)	3,5%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(25,1)	(29,9)	19,1%	(24,8)	(29,0)	16,9%
Material Didático	(3,1)	(5,5)	77,4%	(3,1)	(5,5)	77,4%
Serviços de terceiros e outros	(10,3)	(12,6)	22,3%	(10,1)	(11,9)	17,4%
Depreciação	(5,5)	(7,6)	38,2%	(5,4)	(7,4)	37,0%
Lucro Bruto	**95,8**	**131,0**	**36,7%**	**94,7**	**124,7**	**31,7%**
Margem Bruta	***34,7%***	***39,6%***	***4,9 p.p.***	***34,9%***	***39,4%***	***4,5 p.p.***
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	**(67,4)**	**(84,6)**	**25,5%**	**(66,7)**	**(83,8)**	**25,6%**
Despesas Comerciais	**(29,0)**	**(37,3)**	**28,6%**	**(28,7)**	**(37,4)**	**30,3%**
PDD	(5,2)	(14,0)	169,2%	(5,0)	(14,3)	186,0%
Publicidade	(23,7)	(23,3)	-1,7%	(23,7)	(23,1)	-2,5%
Despesas Gerais e Administrativas	**(34,7)**	**(43,3)**	**24,8%**	**(34,3)**	**(42,4)**	**23,6%**
Pessoal	(16,3)	(20,9)	28,2%	(16,2)	(20,6)	26,8%
Outros	(18,5)	(22,4)	21,1%	(18,0)	(21,8)	21,1%
Depreciação	**(3,7)**	**(4,0)**	**8,1%**	**(3,7)**	**(4,0)**	**8,1%**
EBIT	**28,4**	**46,3**	**63,0%**	**28,1**	**40,9**	**45,6%**
Margem EBIT	***10,3%***	***14,0%***	***3,7 p.p.***	***10,4%***	***12,9%***	***2,5 p.p.***
(+) Depreciação	9,2	11,6	26,1%	9,1	11,4	25,3%
(+) Resultado financeiro operacional	5,8	4,0	-31,0%	5,8	3,9	-32,8%
EBITDA	**43,5**	**62,0**	**42,5%**	**43,0**	**56,2**	**30,7%**
Margem EBITDA	***15,8%***	***18,8%***	***3,0 p.p.***	***15,8%***	***17,8%***	***2,0 p.p.***
Resultado financeiro operacional	(5,8)	(4,0)	-31,0%	(5,8)	(3,9)	-32,8%
Resultado financeiro	1,6	(4,1)	-356,3%	2,1	(4,0)	-290,5%
Depreciação e amortização	(9,2)	(11,6)	26,1%	(9,1)	(11,4)	25,3%
Resultado das Atividades não continuadas	0,2	-	N.A.	0,2	(0,0)	N.A.
Contribuição social	(0,4)	(0,6)	50,0%	(0,4)	(0,5)	25,0%
Imposto de renda	(1,1)	(1,7)	54,5%	(1,2)	(1,5)	25,0%
Lucro Líquido	**28,7**	**39,9**	**39,0%**	**28,7**	**34,9**	**21,6%**
Margem Líquida	***10,4%***	***12,1%***	***1,7 p.p.***	***10,6%***	***11,0%***	***0,4 p.p.***

Balanço Patrimonial em IFRS

Em R$ milhões	31/03/2011	31/12/2011	31/03/2012
Ativo Circulante	**378,6**	**497,7**	**545,1**
Disponibilidades	38,8	21,9	6,7
Títulos e valores mobiliários	89,4	147,6	176,0
Contas a receber	179,0	244,1	278,5
Contas a compensar	22,6	16,7	11,0
Adiantamentos a funcionários/terceiros	4,2	17,5	14,8
Partes relacionadas	0,3	0,3	0,3
Despesas antecipadas	16,2	10,3	19,1
Impostos e contribuições	-	18,3	16,9
Outros	28,1	21,2	21,9
Ativo Não-Circulante	**460,8**	**571,0**	**591,9**
Realizável a Longo Prazo	**61,0**	**79,1**	**86,8**
Despesas antecipadas	1,5	0,7	0,7
Partes relacionadas	-	-	-
Depósitos judiciais	43,2	63,6	69,9
Impostos diferidos	16,3	14,9	16,2
Permanente	**399,8**	**491,9**	**505,0**
Investimentos	0,2	0,2	0,2
Imobilizado	228,3	263,8	269,2
Intangível	171,3	227,9	235,6
Total do Ativo	**839,4**	**1068,7**	**1137,0**
Passivo Circulante	**146,0**	**134,7**	**159,7**
Empréstimos e financiamentos	4,4	6,5	15,5
Fornecedores	15,6	18,2	18,2
Salários e encargos sociais	81,0	57,5	78,7
Obrigações tributárias	12,2	15,6	14,8
Mensalidades recebidas antecipadamente	5,3	9,0	5,3
Adiantamento de convênio	-	2,9	2,9
Parcelamento de tributos	0,3	0,2	0,2
Dividendos a pagar	19,2	16,7	16,7
Compromissos a pagar	4,9	5,4	4,1
Outros	3,1	2,7	3,3
Exigível a Longo Prazo	**79,2**	**315,1**	**317,7**
Empréstimos e financiamentos	6,9	247,8	249,8
Provisão para contingências	34,3	32,4	33,3
Adiantamento de convênio	20,0	14,9	14,2
Parcelamento de tributos	5,1	4,4	4,3
Provisão para desmobilização de ativos	12,9	13,7	13,9
Impostos diferidos	-	1,8	2,3
Outros	0,1	-	-
Patrimônio Líquido	**614,2**	**618,9**	**659,6**
Capital social	360,1	364,4	364,4
Gastos com emissão de ações	-	(2,8)	(2,8)
Reservas de capital	107,2	109,8	110,7
Reservas de lucros	100,5	153,9	153,9
Lucros acumulados	28,7	-	39,9
Dividendo adicional proposto	19,2	-	-
Ajustes acumulados de conversão	(0,1)	-	-
Ações em Tesouraria	(1,3)	(6,3)	(6,5)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**839,4**	**1068,7**	**1137,0**

Sobre a Estácio

A Estácio é uma das maiores **organizações privada de ensino superior** no Brasil em número de alunos matriculados, com presença nacional, em grandes cidades do país. Sua base de alunos possui perfil bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores de média e média-baixa renda. Seu crescimento e liderança de mercado são atribuídos à qualidade de seus cursos, à localização estratégica de suas unidades, aos preços competitivos praticados e à sua sólida situação financeira.

Os pontos fortes da Estácio são:

Forte Posicionamento para Explorar o Potencial Crescimento do Mercado

- Presença nacional, com Unidades nos maiores centros urbanos do país
- Amplo portfólio de cursos
- Capacidade empresarial e financeira de inovação e melhoria dos nossos cursos
- Marca ‘’Estácio’’, amplamente reconhecida

Qualidade Diferenciada de Ensino

- Currículos nacionalmente integrados
- Metodologia de ensino diferenciada
- Corpo docente altamente qualificado

Gestão Operacional Profissional e Integrada

- Modelo de gestão orientado por resultados
- Foco na qualidade do ensino

Modelo de Negócio Escalável

- Crescimento com rentabilidade
- Expansão orgânica e via aquisições

Solidez Financeira

- Forte reserva de caixa
- Capacidade de geração e captação de recursos
- Controle do capital de giro

Estácio

Divulgação de Resultados 1T12

Ao final do primeiro trimestre de 2012, a Estácio tinha 278,6 mil alunos de graduação, pós-graduação e ensino a distância matriculados em sua rede de ensino de abrangência nacional, conforme mapa a seguir:

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas em
31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, 6 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresáriais de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne uma Universidade, dois Centros Universitários e 31 faculdades, distribuídas em 17 Estados do país. A Estácio tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de janeiro - RJ.

As informações trimestrias da Estácio foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2012.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21/IAS 34 – "Demonstrações Intermediárias". Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21/IAS 34, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações trimestrais individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21 – "Demonstrações Intermediárias" e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

As informações relativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas nas informações trimestrais para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS). As práticas contábeis aplicadas nessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão consistentes com àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2011.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento

Notas Explicativas

da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico, inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2012, com a única exceção que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da Companhia, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

A demonstração do resultado de 31 de março de 2011 foi reclassificada para fins de melhor apresentação e comparabilidade. Algumas despesas de pessoal classificadas em 2011 como despesas administrativas foram devidamente reclassificadas para custos com pessoal, no valor de R$ 2.406.

2.1. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	31/03/2012	31/12/2011
	Direta	Direta
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100%	100%
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100%	100%
Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda.	100%	100%
Estácio Editora	100%	100%

	31/03/2012	31/12/2011
	Indireta	Indireta
Sociedade Educacional Atual da Amazônia (“ATUAL”)	100%	100%
Faculdade de Natal Ltda. ("FAL")	100%	100%
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (“FATERN”)	100%	100%

Notas Explicativas

O período de abrangência das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor

Notas Explicativas

do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- As receitas das atividades são reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços respectivos.
- As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias da controladora e consolidado. As informações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

Notas Explicativas

2.6. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.7. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

2.8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de informações contábeis intermediárias da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de

Notas Explicativas

informações contábeis intermediárias da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas controladas. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.10. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios correspondem ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso, projetos, fundo de comércio (carteira de alunos) e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e

Notas Explicativas

de suas controladas.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

Notas Explicativas

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 9).

2.13. Arrendamento mercantil

- Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 8. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.14. Empréstimos e financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subseqüentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os custos de capitação/transação são apresentados líquidos dos saldos dos empréstimos.

2.15. Distribuição de dividendos

Notas Explicativas

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.16. Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para desmobilização de ativos", o valor presente destes custos.

2.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.18. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída em Lei Complementar nº70 de 30 de dezembro de 1991;e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (“SESES”):

(i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços (“ISS”); e
(ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) - SESES.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que

Notas Explicativas

as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.19. Pagamento baseado em ações

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b). As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.20. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Notas Explicativas

2.21. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As premissas e conclusões sobre a avaliação do valor recuperável estão divulgadas nas notas 8 e 9.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações

Notas Explicativas

requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 19(b).

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo

Notas Explicativas

de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.24. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25. Instrumentos financeiros

a) <u>Reconhecimento inicial e mensuração</u>

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Notas Explicativas

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo pode sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

2.26. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Notas Explicativas

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	71	154	6.690	18.509
Aplicações financeiras		1.376		3.348
Caixa e equivalentes de caixa	71	1.530	6.690	21.857
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	126.138	109.424	171.974	108.526
Debêntures de Instituições Financeiras	2.977	37.671	4.059	39.039
Títulos e valores mobiliários	129.115	147.095	176.033	147.565
Total	**129.186**	**148.625**	**182.723**	**169.422**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundo exclusivo, Certificados de Depósito Bancário e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra).

Os Certificados de Depósito Bancário do Fundo BTG Pactual são remunerados a uma taxa de 101,5% a 101,8% do CDI em 31 de março de 2012 (de 101,5% a 101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

As Operações Compromissadas do Fundo BTG Pactual lastreadas por Debêntures de primeira linha estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 102,5% do CDI controladora e consolidado em 31 de março de 2012 (de 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

	Consolidado	
	31/3/2012	**31/12/2011**
FIES	55.440	36.452
Mensalidades de alunos	246.550	241.404
Cartões a receber	21.891	12.165
Acordo a receber	33.742	26.430
Taxas a receber	848	4.379
	358.471	320.830
Créditos a identificar	(6.120)	(7.468)
Provisão para devedores duvidosos	(73.864)	(69.292)
	278.487	244.070

Notas Explicativas

A composição do contas a receber foi reordenada para melhor apresentação dos saldos provenientes de acordos e negociações. O valor a receber de cartão de crédito está apresentado fora dos acordos a receber pois parte substancial do saldo é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/3/2012	%	31/12/2011	%
FIES	55.440	15%	36.452	11%
A vencer	101.385	28%	60.578	19%
Vencidas até 30 dias	52.882	15%	39.986	12%
Vencidas de 31 a 60 dias	20.781	6%	30.649	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	6.915	2%	31.485	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	47.204	13%	52.388	16%
Vencidas a mais de 180 dias	73.864	21%	69.292	22%
	358.471	100%	320.830	100%

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/3/2012	%	31/12/2011	%
A vencer	19.496	58%	9.098	34%
Vencidas até 30 dias	2.488	7%	4.006	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	1.230	4%	2.360	9%
Vencidas de 61 a 90 dias	1.336	4%	2.414	9%
Vencidas de 91 a 179 dias	4.058	12%	4.396	17%
Vencidas a mais de 180 dias	5.134	15%	4.156	16%
	33.742	100%	26.430	100%

Em virtude dos ajustes implementados a partir do exercício de 2010 na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda forma de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

Notas Explicativas

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidado segue demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/2011	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	31/3/2012
Mensalidades e taxa	56.815	28.753	(14.420)	14.333	(8.753)	62.395
Adquiridas	12.477	3.478	(4.486)	(1.008)	-	11.469
	69.292	**32.231**	**(18.906)**	**13.325**	**(8.753)**	**73.864**

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

No período findo em 31 de março de 2012 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica ‘despesas comerciais’, estava representada da seguinte forma:

	31/03/2012	31/03/2011
Complemento da provisão	**13.325**	**4.507**
Risco de crédito – FIES	**2.188**	**115**
Baixa de cobrança e depósito não identificados	**(1.469)**	**594**
	14.044	**5.216**

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado		
Natureza da transação	**31/3/2012**	**31/12/2011**	**31/3/2012**	**31/12/2011**	**Indexação**
ATIVO CIRCULANTE					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	814	19.783			110% CDI
IREP		2.722			110% CDI
NOVA ACADEMIA DO CONCURSO		182			110% CDI
FAL		924			110% CDI
FATERN		51			110% CDI
IREP	78	78			110% CDI
	892	23.740			
Pessoas ligadas			259	259	100% CDI
	892	**23.740**	**259**	**259**	
Despesas antecipadas (i)	749	1.398	2.810	2.769	
	749	**1.398**	**2.810**	**2.769**	
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
AFAC					
IREP					
NOVA ACADEMIA	365	1.204			
ESTÁCIO EDITORA	250	250			
SESES	83.279	43.642			
	83.894	**45.096**			
PASSIVO CIRCULANTE					
Sociedades controladas					
SESES	2.421	2.688			
IREP	6.066	8.833			
	8.487	**11.521**			

(i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria ("Contrato") com a Marone Consultoria e Participações Ltda. ("Marone"), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.
Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a

Notas Explicativas

Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R$ 14.000, composta da seguinte forma: R$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

Em 5 de julho de 2011, a Companhia firmou Contrato de Prestação de Serviço de Gestão com a ARemor Consultoria e Treinamento Ltda (“ARemor”) cujo o objeto consiste em serviços de gestão e administração das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, compreendendo serviços relacionados às melhores práticas e esforços da Contratada para (i) obtenção de licenças, certificados, autorizações do Ministério da Educação e Cultura ou qualquer outro órgão governamental necessário à condução ou expansão das atividades das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, (ii) quando solicitado, representar os interesses das unidades situadas na Regional Norte da Contratante junto a entidades governamentais locais, estaduais ou federais, (iii) orientar e prestar todo o auxílio necessário para que as unidades situadas na Regional Norte da Contratante venham a se tornar um Centro Universitário, (iv) manter registros e processos em ordem, garantindo êxito nos processos de

Notas Explicativas

auditoria interna e externa, (v) elaborar e cumprir o orçamento das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, de acordo com orientações da Contratante, (vi) elaborar estratégias e campanhas de marketing local (alinhadas às diretrizes da Contratante e de seus controladores) para prospecção de novos alunos e crescimento das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, (vii) elaborar estratégias para manutenção da base de alunos das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, (viii) garantir a satisfação dos alunos e clima dos funcionários, (ix) tecer rede de relacionamentos com público externo; (x) garantir o plano de expansão das unidades situadas na Regional Norte da Estácio aprovado no plano de CAPEX, (xi) garantir a implantação dos grandes projetos corporativos nas unidades situadas na Regional Norte da Contratante (p.e. GDO, Modelo 11, Ensino), (xii) orientar melhorias nas atividades da secretaria local, (xiii) implementar e manter a cultura, visão, missão, e valores, da Contratante e de seus controladores, (xiv) garantir as boas condições de funcionamento das unidades situadas na Regional Norte da Contratante, e (xv) demais outras atividades relacionadas às unidades situadas na Regional Norte da Contratante que venham a ser razoavelmente solicitadas pela Contratante. Em Outubro de 2011 e janeiro de 2012 foram adiantados à ARemor R$ 1.354 e R$ 1.000, respectivamente, montando R$ 2.354 que corresponde ao valor integral do contrato. Esse preço está associado ao atingimento de metas de base de alunos que serão viabilizadas pela obtenção de licenças, certificados e autorizações que transformarão as unidades situadas na Regional Norte em Centro Universitário. O valor pago antecipadamente será considerado incorrido na medida em que as metas forem sendo batidas de forma consistente.

6. Despesa antecipada

	Consolidado	
	31/3/2012	**31/12/2011**
Seguros	1.182	95
IPTU a Apropriar	1.839	0
Material didático	8.606	3.517
Antecipação de férias e encargos	4.076	4.652
Outras despesas antecipadas	4.088	2.718
	19.791	**10.982**
Ativo ciculante	19.127	10.318
Ativo não circulante	664	664
	19.791	**10.982**

Em 2010 a Companhia lançou o novo modelo de ensino associado ao material didático, cujo conteúdo trás capítulos de livros dos principais e mais renomamos autores em cada disciplina/curso. Os custos incorridos com direito autorial, gráfica e postagem são contabilizados como despesa antecipadas e aproriados ao longo do período a que se referem.

7. Investimentos em controladas

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos

	31/12/2011	Opções outorgadas	Dividendos	Equivalência patrimonial	AFAC	31/3/2012
Investimento						
SESES	349.144	937		20.269	39.636	409.986
IREP	237.963		23.865 (i)	25.369		287.197
NOVA ACADEMIA	(243)			410	754	921
ESTACIO EDITORA	(15)					(15)
Total	**586.849**	**937**	**23.865**	**46.048**	**40.390**	**698.089**

	SESES	IREP	NOVA ACADEMIA	ESTÁCIO EDITORA
Participação no capital	100%	100%	100%	100%
Quantidade de quotas detidas	177.747	209.500	2650	1
Capital social integralizado	177.747	209.500	2650	1
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
31 de março de 2012	326.707	287.197	556	(265)
31 de dezembro de 2011	305.502	237.963	(1.448)	(265)
01 de janeiro de 2011	113.337	224.131		
Saldo reserva - PROUNI				
31 de março de 2012	28.664	52.329		
31 de dezembro de 2011	27.663	15.463		
01 de janeiro de 2011	12.080	15.463		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/período				
31 de março de 2012	20.269	25.368	(2.094)	(266)
31 de dezembro de 2011	30.358	51.873		
01 de janeiro de 2011	10.332	72.010	563	
Adiantamento para futuro aumento de capital				
31 de março de 2012	83.279		365	250
31 de dezembro de 2011	43.642		1.204	250
01 de janeiro de 2011	126.035	833		
Investimento total:				
31 de março de 2012	409.986	287.197	921	(15)
31 de dezembro de 2011	349.144	237.963	(243)	(15)
01 de janeiro de 2011	239.372	224.964		
Investimento total:				
31 março de 2012	698.089			
31 de dezembro de 2011	586.849			

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada IREP efetuou proposta de dividendo no montante de R$ 36.865. Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de maio de 2012, relativo à esses dividendos propostos, foram aprovados R$ 13.000 a serem pagos como dividendos e o montante remanescente de R$ 23.865 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.

Em 08 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era

Notas Explicativas

titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguai. O valor da transação foi de US$ 1.200.000,00, que convertido a taxa de cambio do dia da venda, é de R$ 1.988 com a primeira parcela de US$ 200.000,00 paga em outubro de 2011, e as demais em quatro parcelas anuais de US$ 250.000,00. Com esta transação a Companhia obteve uma perda de R$ 2.171, contabilizada como resultado de operações descontinuadas na data da alienação.

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto pela parcela do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado no resultado das controladas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07, no valor de R$ 13.573 (R$ 25.968 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de março de 2012.

8. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas e hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Desmobilização	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Aquisições		7	16	475	506	3.944	102	101	380	3.637	4.357		13.525
Baixas				(3)		(4)				(12)			(19)
Transferências		677	5.890								(6.567)		
Depreciação/amortização		(271)	(1.639)	(658)	(2.921)	(1.093)	(185)	(576)	(183)	(223)		(362)	(8.111)
Saldos em 31 de março de 2012	19.830	45.927	33.676	22.771	30.905	24.787	10.123	39.887	7.069	12.404	19.450	2.367	269.196
Saldos em 31 de março de 2012													
Custo total	19.830	83.394	92.805	47.933	76.644	44.282	20.826	70.839	11.268	15.911	19.450		503.182
Depreciação acumulada		(37.467)	(59.129)	(25.162)	(45.739)	(19.495)	(10.703)	(30.952)	(4.199)	(3.507)		2.367	(233.986)
Valor residual	19.830	45.927	33.676	22.771	30.905	24.787	10.123	39.887	7.069	12.404	19.450	2.367	269.196
Saldos em 31 de dezembro de 2011													
Decorrente de combinação de negócios			463	2.196	784	1.331	91	1.713	1.421	234	465		8.698
Custo total	19.830	82.710	86.436	45.272	89.557	39.018	20.632	69.035	9.468	12.057	21.195		495.210
Depreciação acumulada		(37.196)	(57.490)	(24.511)	(57.021)	(18.409)	(10.517)	(30.386)	(4.017)	(3.289)		2.729	(240.107)
Valor residual	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	11,11%	8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	16,67%			

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 9, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Notas Explicativas

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

9. Intangível

	Controladora				Consolidado								
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Fundo de Comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Fundo de Comércio	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	76.209	6	818	77.033	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395	7.993	227.857
Adições						5.954			3.681			1.601	11.236
Depreciação/amortização						(2.214)	(713)	(97)	(268)	(117)		(82)	(3.491)
Saldos em 31 de Março de 2012	76.209	6	818	77.033	141.590	30.707	7.275	828	33.534	1.761	10.395	9.512	235.602

	Controladora				Consolidado								
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Fundo de Comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Fundo de Comércio	Outros	Total
Saldos em 31 de Março de 2012													
Custo total	80.470	7	818	81.295	148.514	63.723	14.255	1.940	38.921	2.348	10.395	9.858	289.954
Amortização acumulada	(4.261)	(1)		(4.262)	(6.924)	(33.016)	(6.980)	(1.112)	(5.387)	(587)		(346)	(54.352)
Valor residual	76.209	6	818	77.033	141.590	30.707	7.275	828	33.534	1.761	10.395	9.512	235.602
Saldos em 31 de dezembro de 2011													
Custo total	80.470	7	818	81.295	148.514	57.768	14.255	1.940	35.240	2.348		18.653	278.718
Amortização acumulada	(4.261)	(1)		(4.262)	(6.924)	(30.801)	(6.267)	(1.015)	(5.119)	(470)		(265)	(50.861)
Valor residual	76.209	6	818	77.033	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878		18.388	227.857
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	20% aa	20% aa		Indefinida	20% aa	20% aa	20% aa	25% aa	20% aa	20% aa	20% aa	

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Ágio em aquisições de investimentos				
IREP	62.442	62.442	89.090	89.090
ATUAL			15.503	15.503
FAL			8.076	8.076
FATERN			15.154	15.154
NOVA ACADEMIA	13.762	13.762	13.762	13.762
ESTACIO EDITORA	5	5	5	5
	76.209	76.209	141.590	141.590

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2011, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue: Receitas - As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de novas unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			233	252
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a			39	39
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a.			5.840	2.471
Contratos de arrendamento mercantil Assist				1.825	1.842
Contratos de arrendamento mercantil CIT				80	
Aymoré Financiamentos	1,78% ao mês			16	
Empréstimo IFC	CDI +1,53%	48.131	46.728	48.131	46.728
Emissão de Debentures	CDI +1,60%	207.273	201.472	207.273	201.473
Opção de Recompra de Ações Banco Itáu		1.845	1.591	1.845	1.591
		257.249	249.791	265.281	254.396
Passivo circulante		12.368	4.901	15.499	6.549
Passivo não circulante		244.881	244.890	249.782	247.847
		257.249	249.791	265.281	254.396

O custo de transação do IFC em 31 de março de 2012 é de R$ 2.585 e das Debêntures de R$ 1.519.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
2010				
2011				
2012				
2013	2.912	1.468	4.581	2.947
2014	25.763	26.006	27.379	27.484
2015	45.763	46.006	47.379	46.006
2016	65.763	66.006	65.763	66.006
2017	86.251	86.006	86.251	86.006
2018	6.143	6.466	6.143	6.466
2019	6.143	6.466	6.143	6.466
2020	6.143	6.466	6.143	6.466
Passivo não circulante	**244.881**	**244.890**	**249.782**	**247.847**

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avaliadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

Em garantia do IFC foi oferecida parte dos recebíveis de algumas unidades da IREP em conta vinculada, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo na conta vinculada de R$ 10.000.

Notas Explicativas

As debêntures bem como os contratos mantidos com o IFC contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2012, a controladora e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano.

A data de emissão foi em 25 de novembro de 2011 e o seu vencimento ocorrerá em 25 de novembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura.

Os recursos captados serão destinados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita a aquisições de empresas do setor e/ou criação de novos campi.

11. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Salários e encargos sociais a pagar	188	181	57.431	47.082
Provisão de férias			15.275	10.408
Provisão de 13º salário			5.964	
	188	181	78.670	57.490

12. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
ISS a recolher		16	6.007	4.724
IRRF a recolher	44	60	4.200	5.344
IRPJ a recolher			2.431	3.215
CSLL a recolher	1	7	963	1.220
PIS e COFINS a recolher	18	179	1.108	1.060
IOF			63	64
	63	262	14.772	15.627

Notas Explicativas

13. Parcelamento de tributos

Parcelamentos	Consolidado	
	31/3/2012	1/1/2012
IRPJ	72	70
CSLL	115	125
FGTS	12	13
ISS		
PIS	82	80
COFINS	277	270
INSS	3.921	4.038
IPTU	44	54
	4.523	4.650
Passivo circulante	193	219
Passivo não circulante	4.330	4.431
	4.523	4.650

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras e Previdência Social.

Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente R$ 33, restando ainda 29 de 140 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 e novembro de 2024, respectivamente.

	Consolidado	
	31/3/2012	31/12/2011
2013	357	361
2014	357	361
2015	357	361
2016	357	361
2017	357	361
2018 a 2027	2.545	2.626
	4.330	**4.431**

14. Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de março de 2011		
Cíveis	6.165	12.763
Trabalhistas	26.972	49.725
Tributárias	125	7.435
Saldo total	33.262	69.923
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Cíveis	4.206	11.929
Trabalhistas	27.870	45.273
Tributárias	343	6.362
Saldo total	32.419	63.564

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	343	27.870	4.206	32.419
Adições	0	1.611	2.312	3.923
Reversões	(218)	(1.922)	(122)	(2.262)
Baixas	0	(587)	(231)	(818)
Saldos em 31 de Março de 2012	125	26.972	6.165	33.262

No período findo em 31 de março de 2012 a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO RESULTADO	
Adições	3.923
Reversões	(2.262)
DRE	**1.661**

a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R$ 6.165 em 31 de março de 2012 (R$ 4.206 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com "bala perdida" sofrida por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido

Notas Explicativas

para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R$ 600 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R$ 100 para cada, e, aos irmãos, R$ 50 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R$ 400. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R$ 600, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos, os quais não modificaram o julgado. Adicionalmente, a SESES interpôs recurso extraordinário, o qual se encontra pendente de julgamento. O saldo em 31 de março é de 2012 é de R$ 1.506 (R$ 1.647 em 31 de dezembro de 2011).

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2012 é de R$ 40.543 (R$ 43.185 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

(i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela SESES. Embargos improvidos. Apelação cível interposta por ambas as partes. O valor estimado para esse

Notas Explicativas

processo é de R$ 1.500;

(ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Audiência de instrução marcada para o dia 08/11/2011. Autos conclusos para sentença desde 10/11/2011. O montante estimado é de R$ 1.161;

(iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. A SESES já atende o comando judicial na medida em que não cobra valores para expedição do diploma. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor estimado da causa é de R$ 1.000.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R$ 26.972 em 31 de março 2012 (R$ 27.870 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações trabalhistas, destacam-se:

(i) Ação trabalhista movida por um Sindicato regional em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução.
(ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido

Notas Explicativas

de reintegração ao cargo de docente, bem como a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela Companhia, embargos à execução. O valor estimado da causa é R$ 1.560.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 31 de março de 2012 é de R$ 71.395 (R$ 77.311 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações trabalhistas não provisionadas destacam-se:

(i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela SESES. O valor estimado é de R$ 1.500;

(ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial. O valor estimado da causa é de R$ 500;

(iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R$ 50.

c) Tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R$ 125 em 31 de Março de 2012 (R$ 343 em 31 de dezembro de 2011).
Da mesma forma, os nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento,

Notas Explicativas

avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de Março de 2012 é de R$ 233.926 (R$ 206.934 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas informações contábeis intermediárias, podemos destacar:

(i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, decorrente do valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Até 30.09.2011 a SESES e a Estácio Participações foram intimadas para ciência de decisões de 1ª instância administrativa em parte desses autos de infração, dentre os quais alguns deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2003 a 11/2003, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais de decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar a redução decorrente do reconhecimento da referida decadência, é de R$ 538.041. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

(ii) Foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R$ 184.141. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.

Notas Explicativas

(iii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por conseqüência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26.11.2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11.02.2011. Em 01.03.2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. Em 14.06.2011, a SESES apresentou suas contrarrazões à apelação. No momento, aguarda-se o julgamento da apelação. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R$ 201.175;

(iv) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma "*nova sociedade por quotas limitadas*"; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. Em 10.09.2010, os autos foram remetidos para a Subgerência de Apoio Técnico. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R$ 157.105. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;

(v) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da "Consulta Regularidades junto ao Fisco

Notas Explicativas

Previdenciário", sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação. Em 04.11.2010, os autos foram remetidos ao Ministério Público Federal, tendo retornado ao TRF, em 11.11.2010. com parecer favorável à tese defendida pela SESES. Em 30.09.2011, foi protocolado pedido de reconsideração da decisão que denegou o pedido de oferecimento de Carta de Fiança Bancária da SESES, afim de obter certidão positiva com efeito de negativa. Em 07.02.2012, o pedido de reconsideração foi considerado como agravo interno pelo relator, e foi julgado improcedente. Em 23.02.2012, foi oposto embargos de declaração para modificar a decisão. Em 29.02.2012 houve desistência dos embargos em função do ajuizamento de ação cautelar com apresentação de seguro fiança a fim de suspender a exigibilidade do crédito e obter a CND. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor estimado da demanda é de R$ 11.566;

(vi) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total autuado é de R$ 11.073. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível;

(vii) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R$ 8.818;

(viii) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a

Notas Explicativas

SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R$ 3.490;

(ix) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R$ 2.693;

(x) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R$ 1.863; e

(xi) Execução Fiscal ajuizada em face da IREP (sucessora legal dos direitos e obrigações da incorporada Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda.), tendo como fundamento o débito consubstanciado no Auto de Infração nº 132460, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. Foi apresentada exceção de pré-executividade em 31.03.2011, qual foi julgada procedente. Após julgamento da apelação interposta pela Prefeitura, qual confirmou a decisão de procedência, os autos serão arquivados. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R$ 4.174;

(xii) Foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de 02/2007 a 12/2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas

Notas Explicativas

impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R$ 21.263. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

15. Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R$ 18.000. Em 31 de março de 2012, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R$ 17.078 (R$ 17. 800 - 31/12/2011) classificado como passivo passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 31 de março de 2012 o capital social é representado por 82.251.937 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia de 31 de março de 2012 e 31

Notas Explicativas

de dezembro de 2011, é como segue:

Acionistas	31/3/2012	%	31/3/2011	%
Private Equity C, LLC	15.290.209	18,6%	15.290.209	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros (1)	289.766	0,4%	3.246.052	4,0%
Tesouraria	252.500	0,3%	59.000	0,1%
Outros (2)	65.992.658	80,2%	63.015.976	76,8%
	82.251.937	100,0%	82.038.041	100,0%

1 Considera as ações de Marcel Cleofás Uchôa Cavalcanti, membro do Conselho de Administração.
2 Considera as ações de André Cleofás Uchôa Cavalcanti como ações em circulação, após a OPA realizada em 2010.

b) Movimentação das ações do capital

A Companhia não movimentou ações no período de três meses findos em 31 de março de 2012.

c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, encerrado em 11 de maio de 2011. As ações adquiridas poderão ser utilizadas para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de compra de ações da Companhia. O programa previu a recompra de até 1.527.788 ações.

Até 31 de março de 2012 e após encerramento deste programa, a Companhia havia recomprado 252.500 ações, com um custo médio de R$ 18,84 por ação, e preço a mercado de R$ 19,51 por ação na mesma data.

Movimentação das ações em tesouraria:

	Ordinária	Saldo
Aquisições no 1º trimestre de 2010	**15.000**	**291**
Aquisições no 2º trimestre de 2010	**300**	**6**
Aquisições no 1º trimestre de 2011	**43.700**	**1.029**
Aquisições no 3º trimestre de 2011	**173.900**	**3.113**
Aquisições no 4º trimestre de 2011	**19.600**	**317**
	252.500	**4.756**
Custo médio de aquisição em 31 de março de 2012 por ação	**18,84**	
Valor de mercado em 31 de março de 2012	**19.51**	

d) Reserva de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem

Notas Explicativas

fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.
Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R$ 937 durante o trimestre findo em 31 de março de 2012 (R$ 3.385 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011), conforme mencionado na Nota 20 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas demonstrações financerias individuais e consolidadas.

e) Reserva de lucros

e1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório,

Notas Explicativas

equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável. Desde a oferta pública secundária realizada em 2010, não há acordos de acionsistas da Companhia

17. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2012 e 2011 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

c) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

d) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Notas Explicativas

Fatores de riscos

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Uso de Caixa, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de

Notas Explicativas

compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos da Companhia em 31 de março de 2012 em relação a 31 de dezembro de 2011.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 18 de abril de 2012 (9,00% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação da SELIC

Notas Explicativas

Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	9,00%	11,25%	13,50%
R$ 176.033		R$ 15.843	R$ 19.804	R$ 23.764

Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures	CDI+1,60	9,00%	11,25%	13,50%
R$ 207.273		R$ 22.269	R$ 27.008	R$ 31.746
IFC	CDI+1,53	9,00%	11,25%	13,50%
R$ 48.131		R$ 5.134	R$ 6.234	R$ 7.334
Net		**-R$ 11.561**	**-R$ 13.438**	**-R$ 15.315**

Cenário queda da SELIC

Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	9,00%	6,75%	4,50%
R$ 176.033		R$ 15.843	R$ 11.882	R$ 7.921

Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures	CDI+1,60	9,00%	6,75%	4,50%
R$ 207.273		R$ 22.269	R$ 17.531	R$ 12.793
IFC	CDI+1,53	9,00%	6,75%	4,50%
R$ 48.131		R$ 5.134	R$ 4.035	R$ 2.935
Net		**-R$ 11.561**	**-R$ 9.684**	**-R$ 7.807**

f) Operações com derivativos

Em 27 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra (“calls”), e o lançamento de opções de venda (“puts” e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, conforme as condições abaixo, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescido de 13,35%aa, mais 1% aa de fiança, o que corresponde a aproximadamente 110% CDI.
A quantidade de opções de compra ou de venda a serem lançadas ou adquiridas são os mesmos constantes das informações divulgadas no Fato Relevante publicado em 15 de julho de 2011.

Notas Explicativas

As opções serão liquidadas por meio da entrega física das ações mediante o pagamento do preço de exercício, o qual será determinado com base no preço das opções acrescido dos devidos encargos financeiros.

Até 31 de março de 2012, a Companhia realizou operações de opções com vencimento até 19 de novembro de 2012 com preço de exercício médio de R$20,49 por ação.

O prazo máximo para realização das operações em referência é de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 3 de outubro de 2011 e o prazo de vencimento das opções não será superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de cada operação.

Desde o inicio do programa de financiamento para recompra de ações não houve exercício das opções pelas partes envolvidas na operação.

18. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	31/3/2012	31/12/2011
Responsalidade Civil dos Diretores	80.000	80.000
Incendio de bens do imobilizado	97.530	66.792
Responsalidade Civil	10.000	10.000
Despesa Fixa	5.000	5.000
Equipamentos Eletrônicos	200	200
Demais ramos	27.719	27.719

19. Remuneração dos administradores

a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 03 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Notas Explicativas

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R$ 1.300 e R$ 4.640, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b).

b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia (“beneficiários”). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano (“Programa”).

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de R$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do

Notas Explicativas

beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 20.12.2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 03.01.2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de março de 2012 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 399.547 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.476.205 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/07/2008	**23,5**	**57,49%**	**6,85%**	**16,5**	**4,68**	**0,97%**
30/09/2008	**14,05**	**56,00%**	**8,42%**	**16,5**	**4,68**	**1,62%**
02/10/2008	**14,6**	**55,87%**	**7,66%**	**16,5**	**4,68**	**1,56%**
10/11/2008	**14,65**	**64,90%**	**9,68%**	**16,5**	**4,68**	**1,55%**
13/01/2009	**13,2**	**63,99%**	**6,83%**	**16,5**	**4,68**	**1,72%**
10/08/2009	**24,05**	**58,14%**	**5,77%**	**16,5**	**4,68**	**0,95%**
29/09/2009	**20,1**	**56,75%**	**5,64%**	**16,5**	**4,68**	**1,13%**
11/01/2010	**24,5**	**63,15%**	**6,23%**	**16,5**	**4,68**	**0,93%**
01/03/2010	**22,5**	**62,20%**	**6,21%**	**16,5**	**4,68**	**1,01%**
06/05/2010	**18,99**	**60,71%**	**6,30%**	**19,2**	**4,68**	**1,62%**
28/07/2010	**20,2**	**58,84%**	**6,25%**	**19,2**	**4,68**	**1,52%**
03/11/2010	**25,2**	**57,60%**	**5,88%**	**19,2**	**4,68**	**1,52%**
03/01/2011	**27**	**56,55%**	**5,79%**	**23,6**	**4,68**	**1,14%**
20/04/2011	**23,4**	**54,94%**	**6,20%**	**23,6**	**4,68**	**1,32%**

* Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de março de 2012 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R$ 936 no trimestre findo em 31 de março de 2012 (R$ 3.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de março de 2012.

20. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro

Notas Explicativas

por ação em 31 de março de 2012.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

a) Lucro por ação básico

	31/3/2012	31/3/2011
Numerador		
Lucro líquido do período	39.917	28.732
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.251.937	82.046.708
Lucro líquido por ação básico	0,000485302	0,000350191

b) Lucro por ação diluído

	31/3/2012	31/3/2011
Numerador		
Lucro líquido do período	39.917	28.732
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.251.937	82.046.708
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	1.063.703	2.542.896
Média ponderada ajustada de ações em circulação	83.315.640	84.589.604
Lucro líquido por ação diluído	0,000479106	0,000339663

21. Receita líquida de vendas

	Consolidado

Notas Explicativas

	31/3/2012	31/3/2011
Receita bruta das atividades	481.154	398.240
Graduação	398.264	331.401
Politécnico	68.248	53.488
Especialização	10.355	9.576
Outras	4.287	3.775
Deduções da receita bruta	(150.602)	(122.416)
Gratuidades - bolsas de estudo	(132.601)	(106.721)
Devolução de mensalidades e taxas	(1.152)	(1.543)
Descontos concedidos	(2.047)	(2.784)
Impostos	(14.802)	(11.368)
Receita líquida das atividades	330.552	275.824

22. Custos diretos dos serviços prestados

	Consolidado	
Custos diretos dos serviços prestados	**31/3/2012**	**31/3/2011**
Pessoal e encargos sociais	(143.861)	(135.966)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(6.457)	(5.397)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(29.931)	(25.106)
Correios e Malotes	(1.864)	36
Depreciação e amortização	(7.618)	(5.495)
Material Didático	(3.676)	(3.143)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(6.160)	(4.940)
Custos diretos dos serviços prestados	(199.567)	(180.011)

23. Despesas por natureza

Controladora		Consolidado	
31/3/2012	**31/3/2011**	**31/3/2012**	**31/3/2011**

Notas Explicativas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(14.044)	(5.216)
Publicidade			(18.691)	(19.317)
Vendas e marketing			(4.607)	(4.417)
Despesas comerciais			**(37.342)**	**(28.950)**
Pessoal e encargos sociais	(668)	(627)	(20.914)	(16.255)
Serviços de terceiros	(1.158)	(1.157)	(12.172)	(10.293)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(609)	(1.105)
Material de consumo			(318)	(330)
Depreciação e amortização	(591)	(550)	(3.995)	(3.707)
Outras	(504)	(557)	(10.096)	(11.685)
Provisão para contingências		2.909	(1.661)	3.228
Despesas gerais e administrativas	**(2.921)**	**18**	**(49.765)**	**(40.147)**

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	**31/3/2011**	**31/3/2012**	**31/3/2011**
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			4.012	5.841
Rendimentos de aplicações financeiras	3.665	478	4.243	3.247
Outras	617	243	348	391
	4.282	721	8.603	9.479
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	175		2.324	1.145
Juros e encargos financeiros	7.361		7.839	548
Perdão de dívida		3.298		3.298
Descontos financeiros			917	1.598
Outras	406	148	1.576	1.259
	7.942	3.446	12.656	7.848

A rubrica de descontos financeiros corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

25. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011 estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	31/3/2011	31/03/2012	31/3/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.917	28.732	42.263	30.256
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	13.572	9.769	14.369	10.287
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(1.928)	50
Equivalência patrimonial	(15.656)	(10.521)		
Despesas não dedutíveis (a)	201	187	318	256
Provisão de Bonus (a)			510	
Compensação de prejuízo fiscal	1.883	1.554	1.884	1.724
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas			123	
Provisão para contingências		(989)	565	(1.098)
Reversão de mensalidades a cancelar (b)			1.122	(2.028)
Reversões de provisões administrativas (d)			(45)	
Outras			(51)	219
			16.867	9.410
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			(13.573)	(8.631)
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do período	-	-	3.294	779
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	7,79%	2,57%

(a) Refere-se basicamente a despesa de bônus a funcionários, patrocínios, doações e brindes.
(b) Valor de PDD não dedutivel se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades..
(c) Refere-se a baixa de fornecedores em aberto até o ano de 2008.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2010 foi aprovado o Protocolo de Justificação de Incorporação da Moema Participações S.A. pela Companhia. A incorporação resultou em benefícios financeiros para incorporadora. O ágio originalmente registrado pela incorporada e atribuído à rentabilidade futura da incorporadora, no valor de R$ 154.162, oriundo da aquisição, em 2008, de ações de emissão da incorporadora, está amortizado fiscalmente em período de 60 meses nos termos da legislação tributária vigente, baseado na expectativa de lucro tributável futura. A Administração da Companhia está revisando os planos de negócios relacionados a expectativa de lucros tributáveis futuros que suportem o registro e reconhecimento dos créditos tributários relacionados ao referido ágio e os respectivos créditos tributários somente serão registrados se e quando houver expectativa de realização dos mesmos e na extensão em que seu aproveitamento seja provável. Nenhum crédito fiscal foi contabilizado em 31 de março de 2012 por conta deste processo de incorporação.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011 encontra-se resumida a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Imposto de renda e contribuição social do período corrente			(3.294)	(779)
Imposto de renda e contribuição social diferidos do período corrente			948	(745)
			(2.346)	**(1.524)**

Em 31 de março de 2012 as controladas SESES e IREP contabilizaram credito tributário diferido decorrente das diferenças temporarias no montante de R$ 12.501. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado credito encontra-se resumida a seguir:

	31/03/2012	31/12/2012
Provisão para contingência	**10.862**	**10.581**
Mensalidades a cancelar	**1.165**	**44**
Provisão para desmobilização	**2.739**	**2.740**
Amortização ágio	**(2.265)**	**(1.812)**
	12.501	**11.553**
Ativo	14.766	13.365
Passivo	(2.265)	(1.812)
	12.501	**11.553**

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 31 de março de 2012 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Conseqüentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de março de 2012 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo no montante de R$ 2.265 decorrente da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de março de 2012 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R$ 9.907. (R$ 8.023 em 31 de dezembro de 2011) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

26. Eventos subseqüentes

Em 06 de fevereiro de 2012 foi assinado, sob condições resolutivas, o contrato de compra e venda da Associação Educacional da Amazônia (“ASSEAMA”), sociedade limitada, com sede e campus na cidade de Macapá, Estado do Amapá, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da

Notas Explicativas

Amazônia Ltda. (“ATUAL”). Em 05 de abril de 2012 as condições precedentes de ambas as partes foram cumpridas e a aquisição foi consumada.

O valor da transação foi de R$ 21.720, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a ASSEAMA possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos (informações não auditadas). A consolidação das atividades em Macapá possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privada da cidade. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de saúde.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Estácio Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Estácio Participações S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais – ITR acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas exedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas m conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2011, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de maio de 2011 e 28 de fevereiro de 2012, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração na escala da moeda